



# Boletim de Transparência Fiscal

Rio de Janeiro, maio de 2008



**SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA**

Joaquim Vieira Ferreira Levy

**SUBSECRETÁRIO GERAL**

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

**SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS**

Marcelo Barbosa Saintive

**SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL**

George André Palermo Santoro

**SUBSECRETÁRIO DE FAZENDA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS**

Fabrizio R. Valle Dantas Leite

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**

Josélia Castro de Albuquerque

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Ana Paula Quedinho

Carolina Barbosa Corrêa

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Fabrizio Marques Santos

Maria Helena Pitombeira

Raphael Moura

Rebeca Virginia Escobar Villagra

Regina Helena Cavalcanti Milione

Renata G. Rimes de Almeida

Renata Pimentel Lins

Sandro Garcia Duarte Peixoto

Ubyrajara Filho



**O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal por que vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha naquela da avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referida nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Informações:**

Tel: (21) 2203-7929

**Home Page:** <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, n.º 42 - 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070.000

## Sumário

Apresentação .....	7
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro .....	9
II. Resultado Fiscal <sup>1</sup> .....	12
II.1 Resultado Orçamentário .....	12
II.2 Resultado Primário .....	13
III. Receita Estadual .....	13
III.1 Receitas Correntes .....	13
III.1.1 Receita Tributária .....	14
III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties .....	16
III.1.3 Receita de Transferências .....	17
III.1.4 Demais Receitas Correntes .....	19
III.2 Receitas de Capital .....	20
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro .....	21
IV.1 Despesa por fonte de recurso .....	21
IV.2 Despesa por grupo .....	23
IV. 2. 1 Despesa de Pessoal .....	24
IV.2.2 Despesas Correntes .....	24
IV.2.3 Investimentos .....	26
IV.2.3.1 Investimentos /Programa de Aceleração do Crescimento – PAC .....	26
IV.3 Despesa por área de governo .....	28
IV.3.1 Saúde .....	29
IV.3.1 Educação .....	33
IV.3.2 Segurança .....	34
III.3.4 Transportes .....	36
IV.4 Cota Financeira .....	37



V Administração Financeira .....	39
V.1 Pagamento das Programações de Desembolso – PD's.....	39
V.2 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados .....	41
V.3 Requisições Judiciais de Pagamento.....	43
V.4 Acompanhamento da Dívida do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço.....	44
Tópico Especial.....	48

## Anexos

Anexo 1 – Despesas por Grupo

Anexo 2 – Despesas por Fonte de Recurso

Anexo 3 – Despesas por Órgão

Anexo 4 – Despesas de Pessoal por Órgão

Anexo 5 – Despesas de Custeio por Órgão

Anexo 6 – Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras por Órgão

Anexo 7 – Despesa Liquidada – Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil

Anexo 8 – Despesa Liquidada – Secretaria de Estado de Segurança

Anexo 9 – Despesa Liquidada – Secretaria de Estado de Transportes

Anexo 10 a – Despesa Liquidada – Secretaria de Estado de Educação (Investimentos)

Anexo 10 b – Despesa Liquidada – Secretaria de Estado de Educação

Anexo 11 – Receita Realizada e Despesa Liquidada – Companhia Estadual de Águas e Esgotos -  
CEDAE

Anexo 12 – Despesa Liquidada - Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro –  
DETRAN



Anexo 13 – Receita Realizada e Despesa Liquidada – Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro

Anexo 14 – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Anexo 15 – Programa Estadual de Transportes (PET)



## **Apresentação**

Este é o segundo número de um boletim bimestral preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro com vistas a aperfeiçoar os mecanismos de controle e a transparência na execução do orçamento estadual. Esse controle tem pelo menos duas dimensões. A primeira liga-se ao reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão de receita. Despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários. Só assim eles poderão ser honrados tempestivamente e sem sobressaltos. Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, o cumprimento das obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. Essa é, portanto, a dimensão de solvência e previsibilidade no gasto. A segunda dimensão tem a ver com a aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e procurando alcançar entre outros os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade, e efetividade. Para essa avaliação é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos. O boletim procura cobrir ambas as dimensões.

O Estado reafirma assim seu compromisso com a responsabilidade fiscal e a transparência, fazendo chegar mais informações ao cidadão contribuinte. Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do

***Despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários.***

Rio de Janeiro, no dia 14/05/08. A despesa refere-se ao conceito de empenho liquidado e a receita ao de realizada, ambas depuradas das rubricas intra-orçamentárias. A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago. Assinale-se que por uma peculiaridade do Estado do Rio de Janeiro, o orçamento da empresa de águas e saneamento – CEDAE encontra-se inserido no orçamento do Estado, não obstante o caráter crescentemente independente desta empresa. Para atenuar a distorção que esse legado histórico ainda impõe às contas públicas, o boletim procura identificar e segregar o efeito das receitas e despesas da CEDAE sobre as contas do resto do governo.

O Boletim é dividido em cinco seções além desta apresentação. A primeira faz uma breve análise das metas bimestrais de arrecadação e cronograma de desembolso do Estado do Rio de Janeiro. A segunda demonstra o resultado fiscal do quadrimestre, tanto no conceito primário como orçamentário. A terceira seção analisa a evolução das diversas rubricas de receita, e a quarta seção analisa a despesa, tanto no seu agregado de execução orçamentária, quanto no detalhe da aplicação em alguns órgãos-chave. Uma quinta seção apresenta elementos da política financeira do Estado, notadamente a administração da dívida pública. Além disto, nesta última seção foi incluído um tópico especial sobre o Conselho de Contribuintes, órgão responsável pela revisão de segunda instância das ações fiscais do Estado.

*Por uma peculiaridade do Estado do Rio de Janeiro, o orçamento da empresa de águas e saneamento — CEDAE encontra-se inserido no orçamento do Estado, não obstante o caráter crescentemente independente desta empresa.*

## I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro<sup>1</sup>

A arrecadação no primeiro quadrimestre esteve em linha com o projetado, exceto pela influência positiva dos preços do petróleo e do IGP-DI terem alcançado valores acima do esperado. A forte evolução desses dois grupos de preço resultou em uma receita da ordem de R\$ 600 milhões acima do esperado, como conseqüência do ganho de capital sobre os CFT resgatados, cujo valor de face é indexado ao IGP, e pelo aumento das receitas de participações governamentais na produção de petróleo e gás. Como conseqüência, o valor da receita patrimonial realizada foi 35% maior que a projetada. Esses resultados deverão ter certa inércia nos próximos meses, ainda que as variações desses preços sejam praticamente impossíveis de prever. A receita tributária, por outro lado esteve muito próxima daquela projetada, não obstante o bom comportamento da arrecadação do ICMS, que vem crescendo acima de 10% nominais em relação ao mesmo período de 2007.

A receita de contribuições apresentou pequeno desvio para menos, como conseqüência da evolução prudente da folha de pessoal que lhe serve de base de cálculo. As receitas de serviços - aí incluídas aquelas proveniente da cobrança de tarifas pela empresa de água e saneamento - CEDAE também vieram mais fortes que o esperado, apresentando um desempenho 17% acima do projetado. As transferências correntes, especialmente aquelas de receita compartilhada com a União também apresentaram desempenho positivo, refletindo a boa arrecadação do imposto de renda da pessoa jurídica e de outros impostos federais.

**A arrecadação total beneficiou-se de tributos arrecadados em linha com a projeção orçamentária e de um forte aumento da receita patrimonial na esteira do aumento do preço do petróleo e do IGP**

**Tabela 1**

META DE ARRECAÇÃO DA RECEITA (JAN - ABR 2008) (art 8º da LRF)

R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	Meta de Receita Jan - Abr 2008	Receita Realizada Jan - Abr 2008	% REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	<b>11.984.681</b>	<b>12.878.648</b>	<b>107,5%</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.527.571	7.593.400	100,9%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	268.768	244.003	90,8%
RECEITA PATRIMONIAL	1.709.565	2.304.167	134,8%
RECEITA AGROPECUÁRIA	25	11	41,7%
RECEITA INDUSTRIAL	31.049	32.851	105,8%
RECEITA DE SERVIÇOS	936.670	1.093.493	116,7%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.266.590	1.298.169	102,5%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	244.442	312.555	127,9%
RECEITAS DE CAPITAL	<b>455.339</b>	<b>89.481</b>	<b>19,7%</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	88.745	51.711	58,3%
ALIENAÇÕES DE BENS	11	35	316,6%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	36.405	35.964	98,8%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	330.094	1.218	0,4%
OUTRA RECEITAS DE CAPITAL	82	552	672,6%
<b>Total</b>	<b>12.440.020</b>	<b>12.968.128</b>	<b>104,2%</b>

**O aumento do IGP proporcionou significativo ganho de capital no resgate dos CFT, cujo valor de face é proporcional a este índice.**

<sup>1</sup> Os valores de receita e despesa incluem o orçamento da Imprensa Oficial. Em anexo, encontra-se um quadro de receita e despesa deste órgão.

O desembolso das operações de crédito ficou abaixo do previsto, o que deve ser revertido nos próximos meses com a assinatura do empréstimo com o Banco Mundial para a conclusão da primeira fase do programa de investimento em trens (Programa Estadual de Transporte-PET) e com o BNDES para o apoio à modernização fiscal PMAE<sup>2</sup>, além da aceleração da negociação de empréstimos específicos para a área do desenvolvimento agrário, turismo e o PET-II.

Avaliando as metas de execução da despesa para o primeiro quadrimestre, fixadas conforme determinação do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, observa-se que a despesa paga<sup>3</sup> no período ultrapassou em 8,9% a meta prevista, principalmente pelo cumprimento de obrigações contraídas em 2007 (RP 2007 pago, considerando todas as fontes de recursos). Mesmo assim, quando comparada à meta de arrecadação fixada, nota-se que a receita realizada neste primeiro quadrimestre superou a despesa paga em 7,4%.

Os 17,5% ultrapassados nas despesas correntes, se justificam também pelo crescimento das receitas e, conseqüentemente maior soma de recursos transferidos ao FUNDEB e aos municípios. No âmbito dos gastos com pessoal, a diferença entre a meta realizada e a meta fixada não significa recursos livres, explicando-se pelo atraso nos cronogramas de admissão de novos servidores concursados, e até mesmo na contratação de profissionais por prazo determinado, em substituição a contratos de mão-de-obra temporária. Como exemplo onde a admissão deu-se a menor ou mais tarde do que o projetado, pode-se citar a admissão de profissionais para as áreas de fiscalização da SEFAZ (37 aprovados para 70 vagas) e saúde—CBMERJ; em todos esses casos, os recursos passarão a ser gastos com a admissão já programada. Com relação ao grupo de Investimentos, embora seu desempenho tenha sido modesto, devido à baixa

***Não houve surpresa no gasto, que vem sendo executado com pequena margem de prudência em relação ao estabelecido na programação orçamentária e financeira.***

**Tabela 2**

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO / JAN-ABR 2008

R\$MIL

GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXECUÇÃO JAN-ABR	DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA JAN-ABR 2008*	RP 2007 PAGO	DESPESA TOTAL REALIZADA JAN-ABR 2008	% REALIZADO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.076.986	2.321.251	614.565	2.935.815	95,4%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.601.952	6.934.570	822.384	7.756.954	117,5%
INVESTIMENTOS/INVERSÕES	275.473	114.807	166.542	281.349	102,1%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÃO	1.135.336	1.098.135		1.098.135	96,7%
<b>TOTAL</b>	<b>11.089.747</b>	<b>10.468.763</b>	<b>1.603.491</b>	<b>12.072.253</b>	<b>108,9%</b>

\*Considerada a despesa paga e excluídas as despesas intra-orçamentárias.

<sup>2</sup> Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais.

<sup>3</sup> A Tabela 2 não inclui o saldo de caixa em 31.12.2007 nem o RP pago no 1º quadrimestre.

execução dos convênios nestes primeiros quatro meses do ano e, entre outros fatores, ao atraso da aprovação do Orçamento Geral da União<sup>4</sup>, sua meta de execução foi ultrapassada por conta do volume de RP pago que foi superior às obrigações do exercício.

No seu conjunto, a execução da despesa mostra-se prudente e dentro da faixa considerada pela Associação Brasileira de Orçamento Público (ABOP) refletindo uma gestão regular dos recursos. Vale lembrar que os parâmetros da ABOP avaliam unicamente o campo financeiro. A análise por área, feita mais adiante, permite enriquecer esta avaliação com outros parâmetros.

Como resultado, avalia-se que a evolução das receitas não comporta risco para o cumprimento das metas fiscais, não obstante a evidência de que não se realizará a receita decorrente da venda de parte das ações da Companhia de Águas e Esgotos do ERJ– CEDAE, como previsto inicialmente no orçamento. A perda de receita em decorrência do adiamento desta venda — ora prevista para o começo de 2009, como indicado da LDO 2009 — está em grande parte compensada pela boa evolução das receitas patrimoniais e por medidas de contenção dos gastos correntes e fortalecimento da receita tributária e realização de ativos do Estado. Em vista da perda de quase R\$ 1 bilhão de receitas vis-à-vis o projetado na LOA 2008, o Estado deverá continuar a trabalhar com grande prudência até o final do segundo quadrimestre, quando se fará uma avaliação final dos riscos para o cumprimento das metas. Vale assinalar que o mecanismo de avaliação bimestral desses riscos e conseqüente tomada de medidas contingentes por parte de todos os Poderes é fundamental para evitar forte compressão de despesa no final do ano, com a conseqüente desorganização do funcionamento da máquina pública e geração de dívidas para exercícios futuros.

---

<sup>4</sup> Tal dinâmica já vem se revertendo com a transferência, por exemplo de R\$ 100 milhões da União para o arco rodoviário no final de maio de 2008.

## II. Resultado Fiscal<sup>5,6</sup>

O resultado fiscal do quadrimestre confirma a sinalização positiva dada pelos dois primeiros meses, mostrando significativa melhora com relação ao mesmo período de 2007, tanto no que se refere ao resultado orçamentário quanto ao primário. Nesta seção a despesa está sendo analisada pela ótica da liquidação. Na avaliação das metas de execução, capítulo I, considerou-se a despesa paga, atendendo às disposições da LRF.

### II.1 Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do Governo Estadual no primeiro quadrimestre de 2008 foi superavitário em R\$ 1.068,14 milhões, o que representa mais que o dobro (121,3%) do superávit de R\$ 482,6 milhões, obtido no mesmo período do ano passado. A melhora do resultado deve-se ao aumento de 19,2% da receita (+R\$ 2.089,95 milhões) ter sido maior que os 14,5% (+R\$ 1.504,37 milhões) de incremento da despesa (Tabela 3).

O crescimento do item “Pessoal e Encargos Sociais”<sup>7</sup> ficou abaixo do crescimento da despesa total, tendo se elevado apenas 9,7% (Tabela 3), não obstante o total cumprimento dos aumentos de salários “em escadinha” legislados em 2006—que significam incremento de despesa a cada mês até agosto de 2008, o aumento salarial de 4,0% dado a categorias que vinham sem aumentos por vários anos (e.g., professores, policiais e servidores da saúde), e a regularização de diversas situações de terceirização, que deixaram de ser contadas como despesa de custeio e foram, na esteira da adoção de

<sup>5</sup> O resultado fiscal exclui a receita e a despesa intra-orçamentária.

<sup>6</sup> Foi realizado um ajuste reduzindo em R\$132,18 milhões a arrecadação do ICMS referente a março de 2007, e em R\$116,31 a receita de retorno do FUNDEB em abril de 2007, por conta de problemas operacionais vinculados à contabilização do FUNDEB.

<sup>7</sup> Nesta seção “Pessoal e Encargos Sociais” inclui gastos com Inativos e Pensionistas.

**Tabela 3**

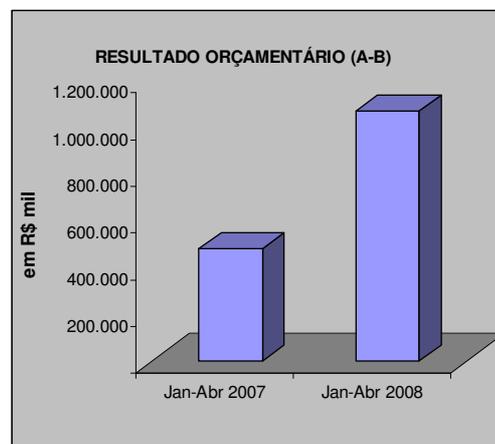
**RESULTADO ORÇAMENTÁRIO**

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-ABR 2007/ JAN-ABR 2008

R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	var %
	Jan-Abr	Jan-Abr	
<b>I. RECEITA TOTAL (A)</b>	<b>10.878.178</b>	<b>12.968.128</b>	<b>19,2%</b>
I.1 RECEITA CORRENTE	10.798.588	12.878.648	19,3%
I.1.1 Receita Tributária	6.899.369	7.593.400	10,1%
I.1.2 Receita Patrimonial	1.561.241	2.304.167	47,6%
I.1.3 Receita de Transferências	972.333	1.298.169	33,5%
I.1.4 Demais Receitas Correntes	1.365.644	1.682.912	23,2%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	79.590	89.481	12,4%
<b>II. DESPESA TOTAL (B)</b>	<b>10.395.614</b>	<b>11.899.985</b>	<b>14,5%</b>
II.1 DESPESA CORRENTE	9.983.432	11.457.557	14,8%
II.1.1 Pessoal e Encargos Sociais	4.590.365	5.034.641	9,7%
II.1.2 Demais Despesas Correntes	4.612.632	5.602.603	21,5%
II.1.2.1 Juros e Encargos da Dívida	780.435	820.313	5,1%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	412.183	442.429	7,3%
II.2.1 Investimentos	138.742	153.412	10,6%
II.2.2 Inversões Financeiras	4.517	3.490	-22,7%
II.2.3 Amortização da Dívida	268.924	285.526	6,2%
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (A-B)</b>	<b>482.563</b>	<b>1.068.143</b>	<b>121,3%</b>

**Gráfico 1**



outros mecanismos de contratação, adequadamente incluídas nas despesas de pessoal.

## II.2 Resultado Primário

O resultado primário nos quatro primeiros meses de 2008 ultrapassou em 37,6% a cifra equivalente no mesmo período do ano anterior (Tabela 4). A melhora explica-se pela elevação em 18,4% das receitas não-financeiras, maior que a elevação de 15,5% das despesas não-financeiras.

Tabela 4

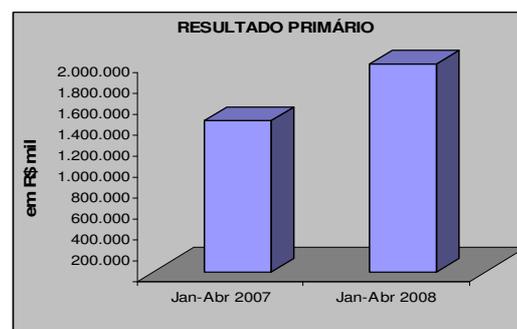
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-ABR 2007/ JAN-ABR 2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ mil		var %
	2007 Jan-Abr	2008 Jan-Abr	
RECEITA (A)	10.878.178	12.968.128	19,2%
RECEITAS FINANCEIRAS (C)	90.896	190.878	110,0%
<b>RECEITA NÃO-FINANCEIRA (A-C)</b>	<b>10.787.282</b>	<b>12.777.251</b>	<b>18,4%</b>
DESPESA* (B)	10.395.614	11.899.985	14,5%
DESPESAS FINANCEIRAS (D)	1.049.359	1.105.839	5,4%
<b>DESPESA NÃO-FINANCEIRA (B-D)</b>	<b>9.346.256</b>	<b>10.794.146</b>	<b>15,5%</b>
<b>RESULTADO PRIMARIO</b>	<b>1.441.026</b>	<b>1.983.104</b>	<b>37,6%</b>

## III. Receita Estadual

No primeiro quadrimestre do ano a receita estadual alcançou R\$ 12.968,12 milhões, crescendo 19,2% (R\$ 2.089,95 milhões) frente ao mesmo período do ano anterior. Esta receita beneficiou-se não só do bom desempenho das receitas não-financeiras, como do aumento das receitas financeiras em consequência do aprimoramento da administração dos recursos de caixa do Estado.

Gráfico 2



### III.1 Receitas Correntes

As receitas correntes apresentaram variação positiva acumulada no ano de 19,3% (R\$ 2.080,06 milhões) em relação a 2007, devido principalmente ao aumento de R\$ 694,03 milhões da receita tributária (10,1%) e de R\$ 742,92 milhões da receita patrimonial - correspondentes a 47,6% de crescimento (Tabela 5). As transferências correntes, que cresceram 33,5%, contribuíram com um adicional de receita de R\$ 325,83 milhões. Finalmente, as receitas de serviços—onde se incluem convencionalmente as receitas da empresa de águas e saneamento – CEDAE advinda da cobrança das tarifas comerciais e residenciais—aumentaram em R\$ 209,60 milhões (25,1%).

Tabela 5

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-ABR 2007/ JAN-ABR 2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ mil		var %
	2007 Jan-Abr	2008 Jan-Abr	
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.899.369	7.593.400	10,1%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	266.968	244.003	-8,6%
RECEITA PATRIMONIAL	1.561.241	2.304.167	47,6%
RECEITA AGROPECUÁRIA	6	11	71,1%
RECEITA INDUSTRIAL	26.578	32.851	23,6%
RECEITA DE SERVIÇOS	873.884	1.093.493	25,1%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	972.333	1.298.169	33,5%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	198.207	312.555	57,7%
RECEITAS DE CAPITAL	79.590	89.481	12,4%
<b>Total</b>	<b>10.878.178</b>	<b>12.968.128</b>	<b>19,2%</b>

### III.1.1 Receita Tributária

A arrecadação da receita tributária no primeiro quadrimestre de 2008 foi de R\$ 7.593,40 milhões, representando um incremento de 10,1% em relação ao mesmo período de 2007 (Tabela 6).

O ICMS é o tributo mais importante do Estado, e corresponde a aproximadamente 73% da arrecadação tributária. Os setores de maior peso na composição desse tributo são Serviços de Comunicação (19%), Energia Elétrica (16%) e Petrolífera/Petroquímica (12%), conforme o Gráfico 3.

O resultado do período reflete essencialmente o aumento de R\$ 528,58 milhões no recolhimento do ICMS (+10,5%). Dentre os setores que mais contribuíram para essa arrecadação, merecem destaque os de Metalurgia e Siderurgia, com um incremento de 62,25% (R\$113,26 milhões), Transporte Viário com 23,98% (R\$ 41,57 milhões) e Química com 20,49% (R\$38,34 milhões). A petroquímica, apesar de ter crescido somente 4% no quadrimestre, elevou-se em R\$55,95 milhões com relação ao mesmo período do ano passado. O resultado final positivo ocorreu não obstante a queda em 11% na arrecadação no setor de energia elétrica (-R\$68,16 milhões), em decorrência da evolução das tarifas e reorganização do setor. Em particular, o aumento do número de “consumidores livres” implica a migração dessa receita para os setores destes consumidores, o que tem levado a um acompanhamento especial desses consumidores e a uma orientação quanto à forma de submeter-se à tributação dentro do novo quadro institucional.

O imposto de renda sobre a folha dos servidores ativos e inativos e pensionistas do Estado teve um desempenho menos favorável no acumulado dos quatro primeiros meses do ano, tendo crescido somente 3,7% (R\$11,96 milhões), o que se explica pelo dilatamento temporal do

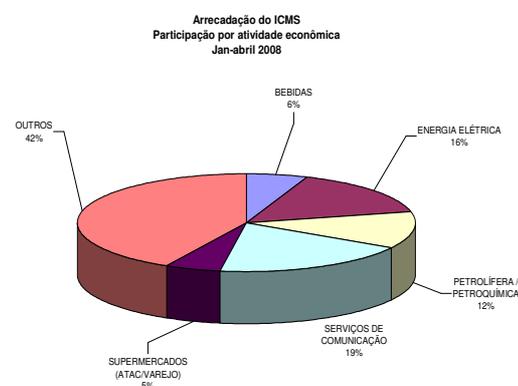
**Tabela 6**

**RECEITA TRIBUTÁRIA**

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-ABR 2007/ JAN-ABR 2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ mil		var %
	2007 Jan-Abr	2008 Jan-Abr	
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>6.899.369</b>	<b>7.593.400</b>	<b>10,1%</b>
ICMS	5.051.090	5.579.674	10,5%
Adicional do ICMS	560.508	610.712	9,0%
IRRF	320.320	332.283	3,7%
IPVA	787.619	850.706	8,0%
ITD e ITBI	53.644	78.779	46,9%
Taxas	126.188	141.246	11,9%

**Gráfico 3**





repassa da parcela do IRRF dos inativos e pensionistas para o Tesouro Estadual.

O IPVA apresentou um crescimento no quadrimestre de 8,0% (R\$ 63,08 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, por conta essencialmente da ampliação e modernização da frota de veículos privados do Estado.

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações--ITD manteve a trajetória de crescimento já observada no primeiro bimestre, apesar desta ter diminuído de intensidade; seu crescimento foi de 46,9% no quadrimestre (R\$ 25,13 milhões), refletindo ainda o resultado das medidas de cooperação técnica com a Receita Federal no caso das doações declaradas no Imposto de Renda de Pessoa Física (que são tributadas em 4% pelo Estado) e a simplificação do cálculo e do pagamento do imposto sobre bens imóveis, obtida ao longo de 2007, cujos resultados têm se avolumado<sup>8</sup>.

As receitas de Taxas se elevaram no primeiro quadrimestre de 2008 em 12% (R\$15,06 milhões). Esse desempenho se deve principalmente às receitas com emolumentos e custas extrajudiciais, que tiveram incremento de 12% (R\$ 4,19 milhões).

***A arrecadação do ITD cresceu 47% em relação ao primeiro quadrimestre de 2007, como consequência da cooperação com a Receita Federal na tributação de doações e da simplificação e automação da avaliação e pagamento do imposto devido sobre a transmissão de imóveis***

<sup>8</sup> A arrecadação do ITD (Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e por Doação de Quaisquer Bens e Direitos) cresceu 39% ao longo de 2007, especialmente no segundo semestre. O crescimento da receita decorrente de transações com bens móveis se explica principalmente pela tributação das doações. O crescimento do tributo sobre bens imóveis (que corresponde a 2/3 do recolhimento do imposto), se deveu à simplificação do processo obtida com as novas regras para pagamento do ITD estabelecidas pela Secretaria de Fazenda e pela Procuradoria Geral do Estado no começo de 2007. No segundo semestre, houve ainda a implantação de um sistema de informática que permite agilizar o cálculo e pagamento do tributo via internet, que foi resultado de parceria entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Secretaria de Fazenda do Estado do RJ. Este sistema deve ser expandido a outras municipalidades que manifestem interesse e tenham bancos de dados do valor dos imóveis em base eletrônica.

**III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties**

A Receita Patrimonial alcançou R\$ 2.304,17 milhões no primeiro quadrimestre de 2008 (Tabela 7), aumentando em R\$ 742,93 milhões (+47,6%). Neste grupo, destacam-se os aumentos das participações governamentais na produção de petróleo e gás em R\$ 271,47 milhões (+22,3%) e da receita decorrente do resgate dos Certificados Financeiros do Tesouro (CFT's), cujo aumento foi de R\$ 421,06 milhões (+154,2%).

O aumento da receita de Royalties e Participações Especiais (PE) deve-se principalmente à alta sustentada do preço do barril de petróleo. Assinale-se que o crescimento de Royalties (+34,6%) foi maior do que o de Participações Especiais (+14,3%), devido ao recebimento mensal dos Royalties e trimestral das Participações Especiais. Assim, a receita contabilizada inclui proporcionalmente menos parcelas das Participações Especiais (apenas a de fevereiro, ou seja, uma em quatro) do que de Royalties (quatro em doze). Além disso, a produção de petróleo no último trimestre de 2007, a partir da qual foi paga a Participação Especial de fevereiro, se situou abaixo da média histórica.

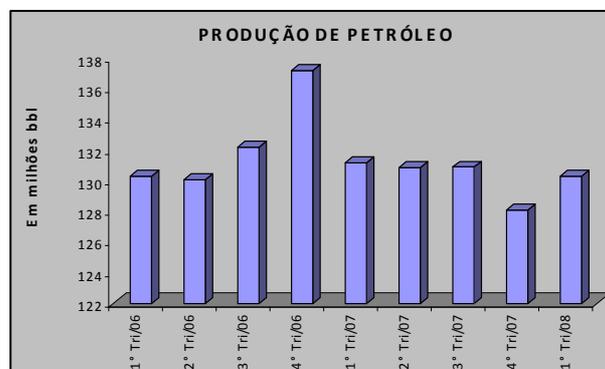
O aumento do valor do petróleo em dólares no período base (Nov/07-Fev/08) em 59,6% mais que compensou a redução da produção em 2,7% e a apreciação do câmbio em 17,4% (Tabela 8).<sup>9</sup>

A receita do resgate dos títulos públicos denominados CFT, convencionalmente incluída entre as receitas correntes, é resultado de uma operação com o Tesouro Nacional estabelecida em 1999 pela qual o Estado obteve ativos financeiros do Tesouro (os CFTs) contra a troca de **Tabela 8** um fluxo de pagamentos respaldados pela receita de participações governamentais sobre a produção de

**Tabela 7**
**RECEITA PATRIMONIAL**
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-ABR 2007/ JAN-ABR 2008**

R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	var %
	Jan-Abri	Jan-Abri	
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>1.561.241</b>	<b>2.304.167</b>	<b>47,6%</b>
Petróleo	1.215.816	1.487.283	22,3%
Royalties	480.000	646.117	34,6%
Participação Especial	735.273	840.409	14,3%
FEP	543	757	39,5%
CFT's	273.065	694.120	154,2%
Aplicações Financeiras	57.334	103.167	79,9%
Demais Receitas Patrimoniais	15.026	19.596	30,4%

**Gráfico 4**


***O aumento do preço do petróleo em dólares compensou a queda na produção e a apreciação do Real em relação ao período base do primeiro quadrimestre de 2007***

**Tabela 8**

Discriminação	Nov/06 - Fev/07	Nov/07 - Fev/08	Var. %
Produção (milhões de bbl)	177,13	172,36	-2,7%
Brent (US\$/bbl)	58,09	92,69	59,6%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,14	1,76	-17,4%

<sup>9</sup> A produção em Nov 2007-Fev 2008 caiu em relação ao mesmo período do ano anterior, não obstante a suspensão da produção no começo de 2007 em virtude da necessidade de manutenção das plataformas no campo de Marlin.

petróleo e gás natural que se estende até 2014.<sup>10</sup> O recursos obtidos com o resgate dos CFT cresceram nos meses recentes em vista da aceleração no cronograma de resgate desses títulos acordada com a União em 2007<sup>11</sup>, e porque o valor de resgate desses certificados é indexado ao IGP, o qual teve forte aumento a partir do final de 2007.

O retorno das aplicações financeiras, por seu lado, aumentou em 45,83 milhões (+79,9%), devido principalmente à melhora da posição do caixa resultante dos superávits orçamentários alcançado nos últimos 15 meses.

### III.1.3 Receita de Transferências

A receita de transferências foi de R\$ 1.298,17 milhões nesse primeiro quadrimestre de 2008, representando 33,5% a mais do que em 2007 e refletindo entre outros fatores o pagamento da parcela da Lei Kandir que em 2007 deu-se mais tarde, e significativo aumento das transferências do SUS (Tabela 9). Por outro lado, o forte aumento da receita do FUNDEB é em parte um artifício estatístico, resultado também do aumento das contribuições do Estado ao fundo (39,7%, correspondentes a R\$ 258,32 milhões), a partir da ampliação de seu escopo para financiar a educação pré-escolar e o ensino médio, ao invés de apenas o ensino fundamental.

A principal transferência da União para o Estado é o FPE, que cresceu 29,8% (R\$ 55,93 milhões) na esteira do aumento da arrecadação de imposto de renda pela União, tendo o mês de março se notabilizado pelo aumento no recolhimento do imposto de renda de pessoas jurídicas, refletindo encerramento do prazo legal para declaração de

***A receita de CFT resulta do resgate programado de ativos financeiros obtidos através permuta por um fluxo de pagamentos respaldados por royalties e PE acordada em 1999 e que não é deduzido da Receita Corrente Líquida do Estado.***

**Tabela 9**

**RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS**

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-ABR 2007/ JAN-ABR 2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ mil		var %
	2007 Jan-Ab	2008 Jan-Ab	
<b>RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>972.333</b>	<b>1.298.169</b>	<b>33,5%</b>
Transf da União	622.354	783.455	25,9%
FPE	187.525	243.455	29,8%
IPI exp	123.780	164.324	32,8%
IOF	23	29	25,6%
CIDE	46.936	47.997	2,3%
SUS	150.998	209.827	39,0%
Salário Educação	73.091	84.716	15,9%
Lei Kandir		28.592	0,0%
Demais Transf. da União	40.001	4.515	-88,7%
FUNDEB	311.402	486.060	56,1%
Convênios	38.347	27.650	-27,9%
Outras Transf. Correntes	230	1.003	336,8%

<sup>10</sup> Assinale-se que a receita de Royalties e Participações Especiais vinculada contratualmente ao pagamento da compra destes títulos não é descontada das receitas correntes líquidas do Estado, estando esse pagamento apenas consignado como uma das despesas do Estado. Ou seja, a Receita Corrente Líquida do Estado inclui a receita patrimonial usada para a permuta dos CFTs e o valor do resgate escalonado desses mesmos títulos.

<sup>11</sup> Esta aceleração foi autorizada pela MP N° 396, de 04 de outubro de 2007.

ajuste referente ao ano base 2007. O IPI Exportação teve um incremento ainda mais forte, alcançando 32,8% (R\$ 40,54 milhões), também explicado pela melhora na arrecadação federal.

No acumulado do ano, as transferências do Salário Educação cresceram 15,9%. Por outro lado, a CIDE cresceu menos de 3%, tendo este fraco desempenho sido atribuído à estabilidade do preço e moderação no consumo da gasolina. A contribuição da CIDE para a manutenção das estradas deve diminuir nos próximos meses, em vista da redução em sua alíquota determinada pela União com o intuito de controlar alguns agregados macroeconômicos.

As receitas de convênios totalizaram R\$ 27,65 milhões no primeiro quadrimestre, refletindo o atraso na aprovação do Orçamento da União para 2008 e a fase inicial de alguns projetos de investimento, em contraste com o começo de 2007, quando os compromissos com os jogos pan-americanos impulsionaram as transferências da União.

A receita de retorno do FUNDEB cresceu 56,1% em relação ao primeiro quadrimestre de 2007. Esse crescimento se explica pelo aumento da arrecadação e da ampliação das vinculações das receitas de tributo e transferências vinculados ao fundo, assim como pelo aumento da participação do Estado no fundo em função da inclusão progressiva das matrículas do ensino médio na distribuição dos recursos.<sup>12</sup>

*As transferências da União aumentaram principalmente pelo pico de arrecadação federal observado em fevereiro e março de 2008.*

<sup>12</sup> A Emenda Constitucional Nº 53/2006 aumentou as vinculações dos tributos e transferências antes associados ao FUNDEF e incorporou outras receitas tributárias como fonte de financiamento, de acordo com a seguinte evolução: **ICMS** (FUNDEF - 15%, FUNDEB 16,66%, 18,33% e 20% - para 2007, 2008 e 2009 respectivamente), **FPE** (FUNDEF - 15%, FUNDEB 16,66%, 18,33% e 20% - para 2007, 2008 e 2009 respectivamente), **IPI-Exp.** (FUNDEF - 15%, FUNDEB 16,66%, 18,33% e 20% - para 2007, 2008 e 2009 respectivamente), **Lei Kandir** (FUNDEF - 15%, FUNDEB 16,66%, 18,33% e 20% - para 2007, 2008 e 2009 respectivamente), **IPVA** (FUNDEF - 0%, FUNDEB 6,66%, 13,33% e 20% - para 2007, 2008 e 2009 respectivamente) e **ITD** (FUNDEF - 0%, FUNDEB 6,66%, 13,33% e 20% - para 2007, 2008 e 2009 respectivamente).

### III.1.4 Demais Receitas Correntes

As demais receitas correntes cresceram 23,2% (R\$ 317,27 milhões) neste primeiro quadrimestre de 2008 (Tabela 10). Assim como na primeira edição do boletim, esse aumento se explica basicamente pela variação de 25,1% (R\$ 219,6 milhões) na receita de serviços e de 269,0% (R\$ 131,0 milhões) nas receitas diversas.

No que tange à receita de serviços, é necessário identificar as receitas da CEDAE<sup>13</sup>, que ainda se mesclam com as outras receitas do orçamento do Estado e correspondem a aproximadamente 70% das receitas de serviço do Estado (o restante corresponde principalmente à receita do Detran com exames e vistorias). As receitas da CEDAE tiveram incremento de 32,5% em relação a 2007, com aumento de R\$ 30 milhões por mês no primeiro quadrimestre de 2008<sup>14</sup>.

A elevação das receitas diversas se deve principalmente ao incremento de depósitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado e restituição de COFINS e PASEP pago a mais pela CEDAE, que sozinhas representaram 71,17% de todas as receitas diversas.

**Tabela 10**
**DEMAIS RECEITA CORRENTES**
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-ABR 2007/ JAN-ABR 2008**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ mil		var %
	2007 Jan-Abri	2008 Jan-Abri	
<b>DEMAIS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.365.644</b>	<b>1.682.912</b>	<b>23,2%</b>
Receita de Contribuições	266.968	244.003	-8,6%
Receita Agropecuária	6	11	71,1%
Receita Industrial	26.578	32.851	23,6%
<i>IMPrensa Oficial</i>	26.420	32.389	22,6%
Receita de Serviços	873.884	1.093.493	25,1%
<i>CEDAE</i>	579.286	767.288	32,5%
Dívida Ativa, Multas e Restituições	149.504	132.832	-11,2%
Receitas Diversas	48.703	179.722	269,0%

***No primeiro quadrimestre de 2008, 70% da receita de serviços são de recursos da CEDAE.***

<sup>13</sup> A receita da CEDAE, que é uma empresa de economia mista, ainda considerada dependente, representa 6% da receita total do Estado, e aproximadamente 9% da Receita Corrente Líquida. A principal contribuição do Estado para a CEDAE nos últimos anos tem sido através de transferências do financiamento de seu investimento com recursos do FECAM. Recentemente, o Estado regularizou suas relações com a empresa, passando a pagar pelos serviços que consome.

<sup>14</sup> Entre outras medidas que impactaram positivamente a arrecadação da CEDAE se incluem a cobrança a órgãos públicos federais; implantação de hidrômetros em escolas municipais (incremento de R\$ 1,9 milhões no faturamento mensal) e em clientes de maior faturamento; recadastramento seletivo nas áreas de maior potencial arrecadador corrigindo distorções.

### III.2 Receitas de Capital

A receita de capital, que inclui o desembolso de empréstimos, alcançou R\$ 89,48 milhões no primeiro quadrimestre de 2008, o que significa um aumento de R\$ 9,89 milhões (+12,4%) em relação mesmo período de 2007. Os desembolsos das operações de crédito cresceram R\$ 31,25 milhões, basicamente por conta do desembolso de R\$ 51,71 milhões para as obras do metrô, financiadas pelo BNDES.

A receita com alienação de bens foi apenas de R\$ 35 mil no acumulado do ano, abaixo dos também modestos R\$ 768 mil verificados no primeiro quadrimestre do ano anterior.

A receita com amortização de empréstimos proveniente do FUNDES<sup>15</sup> foi de R\$ 35,96 milhões (+191,7%). A recuperação dos valores emprestados é em parte destinada ao orçamento do Estado, o restante sendo vinculado ao RioPrevidência, constituindo-se em uma de suas receitas próprias para garantir futuras aposentadorias.

**Tabela 11**
**RECEITA DE CAPITAL**
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-ABR 2007/ JAN-ABR 2008**

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	var %
	Jan-Abr	Jan-Abr	
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>79.590</b>	<b>89.481</b>	<b>12,4%</b>
Operações de Crédito	20.464	51.711	152,7%
Alienação de Bens	768	35	-95,4%
Amortiz. de Empréstimos	12.330	35.964	191,7%
Transferências de Capital	9.743	1.218	-87,5%
Outras Receitas de Capital	36.285	552	-98,5%

<sup>15</sup> *Fundes – Fundo especial destinado criar melhores condições para atração de investimentos para o Estado do Rio de Janeiro.*

#### IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, incluindo todos os poderes e as despesas intra-orçamentárias, liquidou no primeiro quadrimestre de 2008, 31,4% (R\$12,53 bilhões) da despesa anual fixada na Lei Orçamentária. Em 2007, o percentual de execução foi de 29,3% (R\$10,77 bilhões), o que significa certa aceleração da despesa em 2008, ainda que somando menos de 1/3 do orçamento (Tabela 12).<sup>16</sup>

Em valores, o total aplicado pelo Governo do Estado neste primeiro quadrimestre do ano, **desconsiderando as despesas intra-orçamentárias**<sup>17</sup>, representou recursos da ordem de R\$11,90 bilhões, 14,5% (R\$1,50 bilhão) maior do que o executado em 2007.<sup>18</sup> O aumento da despesa no período ocorreu não só no Executivo como também nos outros poderes, com destaque para a Assembléia Legislativa (Tabela 13).

Nos itens a seguir, a despesa será analisada em separado por fontes de recursos, grupos de despesa e por áreas de governo. Os anexos 1 a 13 detalham estas análises.

##### IV.1 Despesa por fonte de recurso

Analisando-se as despesas por fontes de financiamento, verifica-se que R\$ 8,38 bilhões foram arcados com Recursos do Tesouro, aí incluídas recursos advindos de receitas patrimoniais, e R\$ 3,51 bilhões com Recursos de Outras Fontes. Em relação ao primeiro quadrimestre de 2007 observa-se um incremento de 13,6% e 16,6%, dos recursos das respectivas fontes (Tabela 15).

<sup>16</sup> A despesa é analisada pela ótica da liquidação nesta seção. Como se observa cotejando a Tabela 2, o valor liquidado é um pouco maior que o valor pago—em parte pela data de corte usada—e pelo fato de que entre a liquidação, emissão do pedido de desembolso e pagamento há um espaço de, em média, duas semanas..

<sup>17</sup> As despesas intra-orçamentárias compreendem as obrigações patronais e as despesas correntes/ convênios entre DETRAN, SESEG e SEAP.

<sup>18</sup> Esta exclusão de receitas intra-orçamentárias não abarca o FUNDEB, visto este fundo ser segregado do Tesouro, ainda que parte de suas receitas constituam-se em despesa do Tesouro

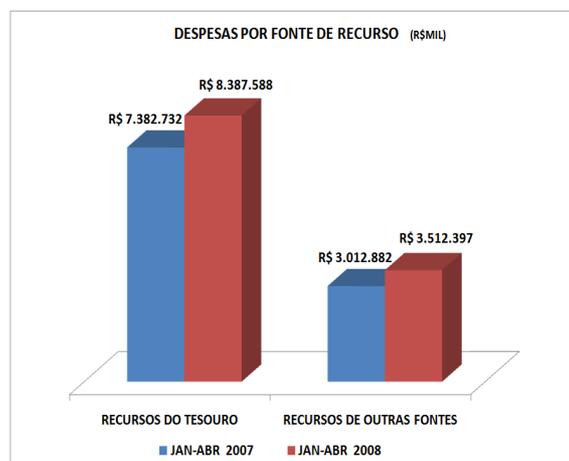
Tabela 12

DESPESA LIQUIDADADA / PREVISTA ESTADO DO RIO DE JANEIRO JAN-ABR 2007 / JAN-ABR 2008			
R\$ MIL			
ANO	LIQUIDADADA JAN-ABR	PREVISTA LOA ANUAL	% LIQUIDADADO NO PERÍODO
2007	10.768.438	36.753.800	29,3%
2008	12.525.099	39.879.143	31,4%

Tabela 13

DESPESAS POR PODERES ESTADO DO RIO DE JANEIRO JAN-ABR 2007 / JAN-ABR 2008			
R\$ MIL			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-ABR 2007	JAN-ABR 2008	Δ %
PODER EXECUTIVO	9.500.674	10.944.116	15,2%
ALERJ	122.161	144.277	18,1%
TCE	88.288	100.638	14,0%
TJ	552.776	567.602	2,7%
MP	131.716	143.353	8,8%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>10.395.614</b>	<b>11.899.985</b>	<b>14,5%</b>
DESP. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	372.823	625.114	67,7%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>10.768.438</b>	<b>12.525.099</b>	<b>16,3%</b>

Gráfico 5



O aumento de 13,6% nas despesas financiadas por Recursos do Tesouro se explica pelo crescimento dos recursos provenientes de impostos, basicamente ICMS e IPVA, cuja arrecadação aumentou em média 9,5%. Merece destaque o aumento das despesas realizadas com operações de crédito 53,5%, que saltaram de R\$ 26,19 milhões em 2007 para R\$ 40,20 milhões em 2008. Esses empréstimos estão sendo destinados à expansão e melhoria da rede do sistema de transporte sobre trilhos.

Na comparação da despesa financiada pela fonte 04, é necessário considerar-se o ajuste efetuado na segunda metade de 2007, quando se regularizou o uso das fontes relacionadas a participações governamentais entre Estado e Rioprevidência. Considerando-se este ajuste, a despesa no âmbito do Estado no primeiro quadrimestre de 2007 foi de R\$1,007 bilhão, correspondendo às despesas do FECAM (R\$10,02 milhões) e à indenização à União (R\$997,73 milhões), visto que a apropriação inicial de R\$668,41 milhões para juros e amortização da dívida foi ajustada nos meses subsequentes. Com este ajuste, verifica-se que o valor financiado pela fonte 04 no primeiro quadrimestre de 2008 foi aproximadamente 20% maior que em 2007.

O grupo de “Outras Fontes” é composto quase integralmente por recursos provenientes de arrecadação própria da administração indireta, com destaque para o Fundo Único de Previdência Social—cujas receitas próprias incluem as contribuições dos servidores e patronais, ativos financeiros com resgate programado (CFT), e significativa receita de royalties e participações especiais, representando 72,8% do total dos recursos de fonte 10 (R\$ 2,12 bilhões). A CEDAE contribuiu com R\$ 512,47 milhões para a fonte 10 (17,6% dos recursos dessa fonte), portanto em proporção bem maior que o DETRAN, cuja contribuição de R\$ 88,39 milhões corresponde a 3,0% dos recursos desta fonte.

Dentre as despesas da CEDAE, os investimentos alcançaram neste quadrimestre R\$ 4,12 milhões, dos quais R\$ 2,94 milhões correspondem à aplicação dos recursos do FECAM,

**Tabela 14**

DESPESAS POR FONTE DE RECURSO*			
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-ABR 2007 / JAN-ABR 2008			
	R\$MIL		
DISCRIMINAÇÃO	JAN-ABR 2007	JAN-ABR 2008	Δ %
<b>RECURSOS DO TESOURO</b>	<b>7.382.732</b>	<b>8.387.588</b>	<b>13,6%</b>
00 - ORDINÁRIOS PROVEN. IMPOSTOS	5.093.425	6.134.894	20,4%
01 - ORDINÁRIOS NÃO PROVEN. IMPOSTOS	96.390	532.883	452,8%
04 - INDENIZAÇÃO PELA EXTR. DO PETRÓLEO	1.676.159	1.233.907	-26,4%
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	35.843	30.797	-14,1%
06 - FUNDO DE PARTICIP. DOS ESTADOS	164.459	60.065	-63,5%
11 - OP. DE CRÉDITO ATRAVÉS DO TESOURO	26.192	40.201	53,5%
22 - ADICIONAL DO ICMS - FECP	274.000	335.437	22,4%
DEMAIS FONTES DO TESOURO	16.264	19.403	
<b>RECURSOS DE OUTRAS FONTES</b>	<b>3.012.882</b>	<b>3.512.397</b>	<b>16,6%</b>
10 - ARRECAD. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA	2.559.621	2.913.191	13,8%
12 - CONVÊNIOS - ADM. DIRETA	20.231	26.213	29,6%
13 - CONVÊNIOS - ADM. INDIRETA	14.333	17.708	23,6%
15 - FUNDEB	256.423	407.767	59,0%
25 - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	139.472	118.215	-15,2%
DEMAIS FONTES DE RECURSOS	22.803	29.302	28,5%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>10.395.614</b>	<b>11.899.985</b>	<b>14,5%</b>
<small>*Exclui despesas intra-orçamentárias</small>			

***O Detran transferiu R\$ 51,22 milhões para a segurança no âmbito de convênios com a Secretaria de Segurança e a Secretaria de Administração Penitenciária***

destinados às obras de complementação do esgotamento sanitário na Barra da Tijuca (Anexo 11).

As receitas do DETRAN, além de atenderem as despesas do órgão, financiam atividades específicas da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESEG) e da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP), de acordo com **Tabela 15** convênio que prevê transferências ao longo de 2008 no valor total de R\$190 milhões. Esses recursos serão destinados ao reaparelhamento das unidades de segurança e modernização e expansão do sistema penitenciário, tendo alcançado R\$ 51,22 milhões a despesa liquidada no primeiro quadrimestre com esse objetivo (Anexo12).

As transferências ao FUNDEB aumentaram em 39,7% (R\$ 258,32 milhões), portanto em valor bastante superior à variação da “receita” do FUNDEB, isto é, do retorno para o Estado dos recursos direcionados ao fundo. Esse aumento da despesa, a qual alcançou R\$ 909,73 milhões, se deu em virtude do aumento da arrecadação e da elevação dos percentuais de repasse dos tributos e transferências que compõem a base de cálculo, resultando em um aumento de 24,6% da “perda líquida” do FUNDEB.

#### IV.2 Despesa por grupo

A análise da despesa por grupo indica um crescimento relativamente forte no custeio (+18,3%) — ainda afetado pela fraca execução do começo de 2007, e significativo aumento das outras despesas correntes, notadamente os encargos com a União (+21,7%) e a contribuição para o FUNDEB, com as rubricas de pessoal e investimento crescendo próximo a 10% (Tabela 16).

**Tabela 15**
**FUNDEB**
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-ABR 2007/ JAN-ABR 2008**

R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	var %
	Jan-Abr	Jan-Abr	
Transferência (A)	651.413	909.730	39,7%
Retorno (B)	311.402	486.060	56,1%
Perda Líquida (C)=(A)-(B)	340.011	423.669	24,6%

**Tabela 16**
**DESPESAS POR GRUPO\***  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-ABR 2007 / JAN-ABR 2008**

R\$ MIL

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	VAR %
	JAN-ABR	JAN-ABR	
<b>1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>4.751.216</b>	<b>5.201.361</b>	<b>9,5%</b>
1.1 - EXECUTIVO	1.956.812	2.204.500	12,7%
1.2 - ALERJ	105.286	124.631	18,4%
1.3 - TCE	81.839	94.285	15,2%
1.4 - TJ	459.530	457.834	-0,4%
1.5 - MP	113.200	123.669	9,2%
1.6 - INATIVOS E PENSIONISTAS	1.872.237	2.028.133	8,3%
1.7 - PREVI-BANERJ	158.311	164.309	3,8%
1.8 - REFER	4.000	4.000	
<b>2 - JUROS ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA</b>	<b>1.049.359</b>	<b>1.105.839</b>	<b>5,4%</b>
<b>3 - DESPESAS CORRENTES**</b>	<b>4.451.781</b>	<b>5.435.883</b>	<b>22,1%</b>
<b>3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO</b>	<b>2.884.366</b>	<b>3.411.674</b>	<b>18,3%</b>
3.1.1 - EXECUTIVO	2.772.851	3.282.032	18,4%
3.1.2 - ALERJ	16.796	19.544	16,4%
3.1.3 - TCE	5.828	5.818	-0,2%
3.1.4 - TJ	74.836	89.744	19,9%
3.1.5 - MP	14.055	14.536	3,4%
<b>3.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.567.415</b>	<b>2.024.209</b>	<b>29,1%</b>
3.2.1 - ENCARGOS COM A UNIÃO / INDENIZAÇÃO DE ROYALTIES (EGE)	916.002	1.114.479	21,7%
3.2.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	651.413	909.730	39,7%
<b>4 - INVESTIMENTOS</b>	<b>138.742</b>	<b>153.412</b>	<b>10,6%</b>
4.1 - EXECUTIVO	115.171	127.603	10,8%
4.2 - ALERJ	79	102	29,1%
4.3 - TCE	622	535	-13,9%
4.4 - TJ	18.410	20.024	8,8%
4.5 - MP	4.460	5.148	15,4%
<b>5 - INVERSÕES FINANCEIRAS</b>	<b>4.517</b>	<b>3.490</b>	<b>-22,7%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>10.395.614</b>	<b>11.899.985</b>	<b>14,5%</b>

\*Exclui despesas intra-orçamentárias

\*\* Exclui despesas com inativos e pensionistas, previ-banerj e REFER consideradas no grupo de despesas correntes

#### IV. 2. 1 Despesa de Pessoal <sup>19</sup>

Os gastos com pessoal, incluindo inativos e pensionistas, pagamento de beneficiários do fundo Previ-Banerj (R\$ 164,31 milhões), e o parcelamento da dívida da REFER, cresceram 9,5% em relação a 2007, alcançando R\$ 5,20 bilhões no primeiro quadrimestre de 2008.

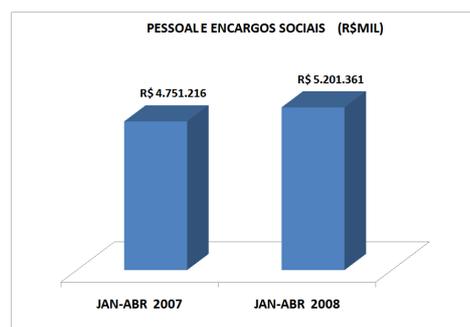
O maior crescimento absoluto da despesa de pessoal deu-se no Executivo (R\$ 247,68 milhões), ainda que o crescimento percentual (12,7%) tenha sido menor que aquele observado na ALERJ (18,4%, resultando em um aumento de despesa de R\$19,35 milhões) e no TCE (15,2%, que correspondem a R\$12,44 milhões). O crescimento efetivo no MP foi relativamente moderado e houve uma redução na despesa efetiva no TJ (-0,4%). O aumento no Executivo reflete os efeitos continuados dos planos de cargos e salários concedidos de forma parcelada em 2006, com término previsto para julho/agosto de 2008, assim como o aumento de 4% concedido para as áreas de saúde, educação e segurança.

O acréscimo de 8,3% (R\$155,89 milhões) em Inativos está distribuído entre o Executivo (R\$ 122,98 milhões) e os Outros Poderes (R\$ 32,91 milhões). No Poder Executivo o aumento concentra-se nas áreas de educação e segurança, enquanto nos Outros Poderes, o crescimento se destaca na ALERJ (R\$ 13,12 milhões) e no TCE (R\$ 12,01 milhões).

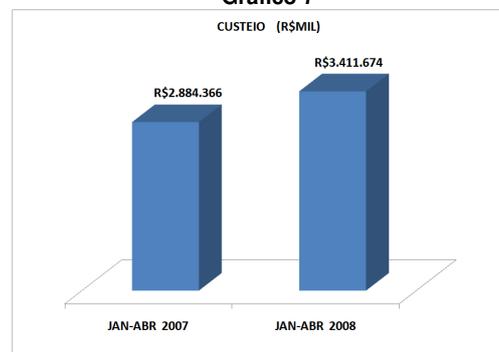
#### IV.2.2 Despesas Correntes

O crescimento das outras despesas correntes reflete principalmente o aumento da contribuição para o FUNDEB e a aceleração do pagamento da indenização devida à União por conta da aquisição dos CFT em 1999. Sem embargo, o crescimento do custeio, de 18,3%, também foi significativo, refletindo a normalização das atividades dos diversos órgãos.

**Gráfico 6**



**Gráfico 7**



<sup>19</sup> Na análise de Pessoal foram consideradas as despesas com Ativos e Inativos, Previ-BANERJ e REFER, embora estejam classificados como despesas correntes.

Merecem destaque os incrementos ocorridos nas despesas de custeio das seguintes unidades orçamentárias:

- Secretaria Estadual de Obras = aumento de R\$ 77,88 milhões, dos quais R\$ 57,21 milhões correspondem à CEDAE;
- Fundo Estadual de Saúde (FES) = aumento de R\$ 54,04 milhões;
- Secretaria Estadual de Segurança Pública = aumento de R\$ 21,76 milhões, dos quais R\$ 11,49 milhões relativos à PMERJ e R\$ 8,98 milhões à própria SESEG;
- Departamento de Estradas de Rodagem do ERJ (DER) = aumento de R\$ 19,90 milhões;
- Secretaria Estadual de Educação = aumento de R\$ 18,09 milhões
- DETRAN = aumento de R\$ 13,51 milhões

O aumento nos encargos da União reflete a aceleração do pagamento da indenização pela compra dos CFT, o qual é função do valor das participações governamentais por conta da produção de petróleo e gás. Essas participações são prioritariamente destinadas a esse pagamento, cuja extensão no tempo depende do valor das mesmas. Como em 2008 as participações foram maiores, mais foi pago à União no primeiro quadrimestre, praticamente quitando a obrigação para o ano (em 2007, os pagamentos se estenderam até julho). Além disso, o serviço da dívida aumentou em 4,82%, refletindo o aumento da receita líquida real do Estado.

As transferências constitucionais e legais aos municípios aumentaram em 10,7% (R\$258,31 milhões) em relação a 2007, como consequência da combinação do aumento de 9,9% da repartição do ICMS, e do forte aumento do IPI e royalties (31,7% e 33,0%, respectivamente). A transferência da CIDE—que é pequena no Rio de Janeiro—cresceu apenas 2,3%.

**Tabela 17**

TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS E AO FUNDEB ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-ABR 2007 / JAN-ABR 2008			
R\$ MIL			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-ABR 2007	JAN-ABR 2008	Δ %
ICM/ICMS	1.266.275	1.391.424	9,9%
IPVA	393.801	425.332	8,0%
IPI	31.191	41.081	31,7%
ROYALTES	70.271	93.427	33,0%
CIDE	11.734	11.999	2,3%
<b>TOTAL P/ MUNICÍPIOS</b>	<b>1.773.271</b>	<b>1.963.263</b>	<b>10,7%</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB</b>	<b>651.413</b>	<b>909.730</b>	<b>39,7%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.424.684</b>	<b>2.872.993</b>	<b>18,5%</b>

O aumento de 39,7 % nas transferências ao FUNDEB—que atingiram R\$ 909,73 milhões no primeiro quadrimestre de 2008 e cresceram bem acima do crescimento do ICMS e da maior parte dos tributos que compõem sua base de cálculo—foi devido em grande parte ao aumento da alíquota da vinculação e da inclusão de novas receitas, a partir da regulamentação da EC Nº 53/2006.

### IV.2.3 Investimentos

No primeiro quadrimestre do ano as despesas com investimentos atingiram R\$156,90 milhões, o que significou um crescimento de 9,5% (R\$13,64 milhões) em relação a 2007.

Esse aumento concentra-se basicamente nas áreas de Saúde, devido à implantação das Unidades de Pronto Atendimento (UPA's); Transportes, para expansão e melhoria da rede prioritária básica e do sistema de transporte ferroviário; e Obras, por conta do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

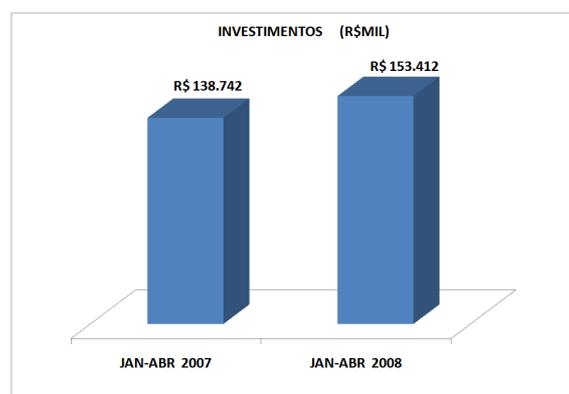
A seguir, apresenta-se uma análise dos investimentos do PAC. As áreas de Saúde e Transportes serão tratadas mais adiante.

#### IV.2.3.1 Investimentos /Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento no âmbito do Estado está sob a coordenação da SEOBRAS, contribuindo para as ações na área de Obras, Habitação e Ambiente. Em 2008, se executado todo o orçamento programado, o total do gasto nessas áreas atingirá R\$ 1,174 bilhão, contra uma execução de apenas R\$ 51,5 milhões em 2007 (Tabela 18).

O ambicioso programa de investimento para 2007 vem progredindo, mediante a conclusão de licitações e outras medidas necessárias à efetiva execução dos projetos contemplados. A execução orçamentária desse programa ainda é, naturalmente, incipiente—em parte pelo atraso na aprovação

**Gráfico 8**



**Tabela 18**

SECRETARIA	R\$MIL	
	LIQUIDADO 2007*	ORÇAMENTO 2008
OBRAS	38.043	1.056.970
HABITAÇÃO	3.696	40.287
AMBIENTE	9.774	77.161
<b>Total</b>	<b>51.513</b>	<b>1.174.418</b>

\*Despesa Liquidada - Fonte Tesouro; não inclui royalties

do Orçamento da União, o qual teve certo impacto nas transferências de recursos para convênios já formalizados. Entrementes, a despesa executada no 1º quadrimestre vem sendo arcada principalmente com recursos do Tesouro Estadual, e com relativa folga em relação à disponibilidade orçamentária e financeira autorizadas, como pode se ver no quadro abaixo. A recente transferência de R\$ 100 milhões da União deverá ajudar a acelerar essa execução.

UO	TIT UO	PT	TIT PT	FONTE	ORÇAMENTO DO PAC 2008					
					DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO		
0701	SEOBRAS	1039	Impl Pav Segm C Arco Rodov Metropolitano- PAC	TESOURO CONVÊNIOS	27.000 240.000					
		1606	Saneam Entorno Baía de Guanabara e RMRJ-PAC	TESOURO CONVÊNIOS	5.547 22.188					
		1607	Ampl Ab Água na Baixada e S Gonçalves - PAC	TESOURO CONVÊNIOS	23.261 98.631					
		1608	Melhoria Prod no Parque Tratam Guandu - PAC	TESOURO CONVÊNIOS	3.192 12.766					
		1613	Urbanização do Complexo da Rocinha - PAC	TESOURO CONVÊNIOS	11.255 31.969	5.672 840		73 73		
		1614	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC	TESOURO CONVÊNIOS	48.273 146.174	1.211 25.804	764	764		
		1615	Urbanização do Complexo de Manguinhos - PAC	TESOURO CONVÊNIOS	24.440 69.469	11.343 2.036				
		1616	Urbanização do Morro do Pavão Pavãozinho- PAC	TESOURO CONVÊNIOS	7.732 22.594	7.610 1.907		79 79		
		<b>0701 Total</b>					<b>794.490</b>	<b>56.425</b>	<b>916</b>	<b>916</b>
		0771	CEDAE	1611	Estação de Trat Água Guandu/Novo Guandu - PAC	OP. CRÉDITO REC. PRÓPRIA/ CONTRAP.	174.876 9.204			
1612	Ampl Abast Água Barra,Recr e Jacarepaguá- PAC			OP. CRÉDITO REC. PRÓPRIA/CONTRAP.	74.480 3.920					
<b>0771 Total</b>					<b>262.480</b>					
1971	CEHAB	1617	Projeto Morro do Preventório - PAC	TESOURO CONVÊNIOS	3.720 6.600					
		1618	Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí - PAC	TESOURO CONVÊNIOS	7.500 22.467					
<b>1971 Total</b>					<b>40.287</b>					
2443	SERLA	1534	Projeto Iguaçu - PAC	TESOURO	13.801	1.500				
				CONVÊNIOS	62.400					
				OUTRAS	960					
<b>2443 Total</b>					<b>77.161</b>	<b>1.500</b>				
<b>Total geral</b>					<b>1.174.418</b>	<b>57.925</b>	<b>916</b>	<b>916</b>		

As despesas empenhadas no quadrimestre somaram R\$ 57,9 milhões. Na SEOBRAS, os valores se referem, basicamente, à contratação de serviços de assistência técnica para as obras nas comunidades de Manguinhos, Rocinha, Pavão e Pavãozinho e, complexo do Alemão e desapropriação de imóveis nas três últimas comunidades citadas.

A SERLA concentrou seus empenhos no início de obras emergenciais em cursos d'água nos Municípios de Mesquita e Belford Roxo. Do montante empenhado foi liquidado menos de 1%.

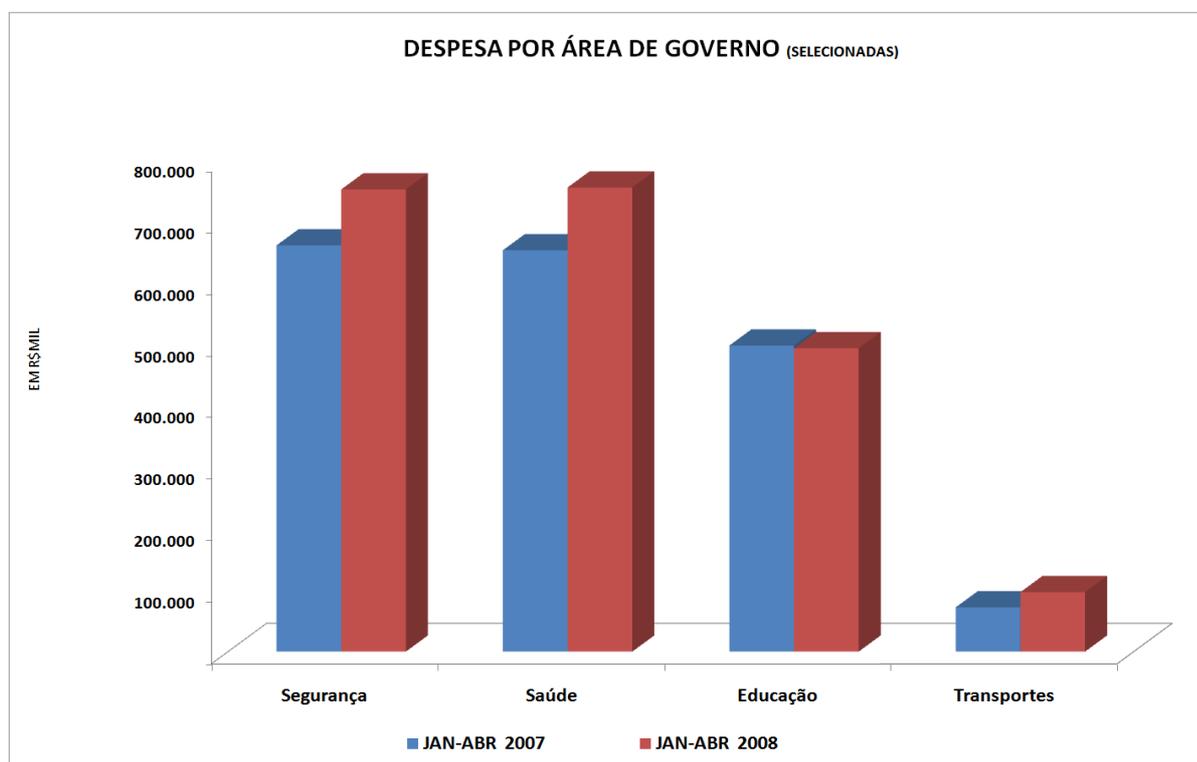
### **IV.3 Despesa por área de governo**

As despesas pelas áreas prioritárias da saúde, educação, segurança e transportes vêm aumentando de maneira consistente, com a execução no segundo bimestre bem mais forte que no primeiro bimestre, especialmente no que tange ao custeio e investimento. O crescimento de mais de 15% na despesa total da saúde vem sendo financiado principalmente com fontes do Tesouro Estadual, refletindo o compromisso do Estado com esta área. A despesa na segurança, que aumentou 12,5%, também vem sendo financiada principalmente pelo Tesouro. O mesmo tem se dado na parte de obras, onde o Tesouro Estadual tem permitido a execução acelerada das contrapartidas das principais iniciativas do PAC, dando fôlego ao governo enquanto se concluem os elementos necessários à plena fruição dos convênios com a União. Nos transportes, o desembolso de operações de crédito com o BNDES também têm garantido a disponibilização de recursos para a aceleração das obras do metrô em Ipanema.

No conjunto, a aceleração da despesa no segundo bimestre— que ainda se encontra abaixo dos limites proporcionados pela programação orçamentária e financeira, sugere que as metas constitucionais na saúde e educação se cumprirão através do aumento gradual e ordenado dos gastos em cada área. Os quadros nos Anexos 1-13 apresentam detalhes desta despesa, tanto por destinação, quanto por fonte. Assinale-se que o crescimento do financiamento por fonte não precisa necessariamente refletir o crescimento da receita que a alimenta, já que o órgão pode escolher poupar uma fonte e usar mais outra, o que pode implicar o crescimento do financiamento por determinada fonte ser maior ou menor que o crescimento da receita associada à fonte. Em particular, quando um órgão poupa, o crescimento aparente da fonte utilizada será menor que o crescimento da receita.<sup>20</sup>

---

*20 O crescimento da receita da CEDAE, por exemplo, foi de mais de 30%, mas, ao se examinar o Anexo 11, verifica-se que o uso da fonte receita própria apresentou crescimento de apenas 16%, indicando um esforço de poupança por parte da empresa, o que é essencial para a empresa poder enfrentar os grandes passivos de dívida e contingentes acumulados nos vários últimos anos.*



### IV.3.1 Saúde<sup>21</sup>

No período janeiro a abril de 2008, a despesa liquidada na área de saúde atingiu R\$ 755,48 milhões, representando um incremento de 15,6% em relação ao mesmo período de 2007. Verifica-se maior participação dos recursos do Tesouro, que vêm compensando a redução de 15,4% nos do SUS (Tabela 19). A despesa financiada por Outras Fontes também apresentou crescimento modesto, apoiado principalmente pelos recursos de arrecadação própria do Fundo Especial do Corpo de Bombeiros - FUNESBOM e do Instituto Vital Brasil -

**Tabela 19**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MIL		
	JAN-ABR 2007	JAN-ABR 2008	Δ %
TESOURO	504.629	625.372	23,9%
CONVÊNIOS		576	
SUS	134.140	113.470	-15,4%
OUTRAS	14.845	16.063	8,2%
<b>TOTAL</b>	<b>653.615</b>	<b>755.481</b>	<b>15,6%</b>

<sup>21</sup> O orçamento da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil engloba as dotações das seguintes unidades orçamentárias:

2901 - Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil

2902 - Subsecretaria de Defesa Civil

2931 - Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro – IASERJ

2961 - Fundo Estadual de Saúde

2963 - Fundo Especial do Corpo de Bombeiros

2971 - Instituto Vital Brasil

A maior parcela destina-se ao Fundo Estadual de Saúde, no qual estão concentradas as principais ações da SESDC.



IVB, sendo que o FUNESBOM respondeu por 89% do total desse gasto.

O crescimento da despesa de saúde tem permitido um aumento de R\$ 23,36 milhões no investimento da área (Tabela 20), refletido na conclusão das novas UPAs e na entrega de novos equipamentos para os hospitais estaduais. O aumento no número de atendimentos na rede estadual, os quais somaram 367 mil só nas UPAs, tanto de natureza estrutural, quando em consequência da dengue, também têm se refletido no aumento do custeio da área de saúde (+19,4%).<sup>22</sup>

O aparentemente modesto incremento de 8,7% nas despesas com pessoal e encargos está relacionado, basicamente, à regularização do pagamento de obrigações patronais. A despesa com as UPAs não têm tido maior impacto na despesa de pessoal porque embora sete dessas unidades já estejam em funcionamento (Maré, Irajá, Campo Grande e Bangu, desde 2007; Santa Cruz, Belford Roxo e Tijuca, mais recentemente), o atendimento aos pacientes vem sendo prestado por profissionais militares de área médica do Corpo de Bombeiros e através das cooperativas já contratadas pela Secretaria (estas últimas contabilizadas no custeio).<sup>23</sup>

Por outro lado, o custeio das UPAs, estimado em R\$ 500 mil por unidade, já tem tido um impacto na despesa estadual, como observado pela evolução das despesas associadas à Ação 2077 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial. Assinale-se que a aquisição de material de consumo e a contratação de serviços para as UPAs atualmente não são separadas dos processos relativos ao resto da Rede Pública de Saúde, o que explica porque até agora a execução orçamentária da Ação

Tabela 20

DESPESAS POR GRUPO SECRETARIA DE SAÚDE DO ERJ JAN-ABR 2007 / JAN-ABR 2008			
R\$MIL			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-ABR 2007	JAN-ABR 2008	Δ %
PESSOAL	316.191	343.627	8,7%
CUSTEIO	286.284	341.767	19,4%
INVESTIM/INVERS	1.803	25.168	1296,1%
DÍVIDA	49.336	44.919	-9,0%
<b>TOTAL</b>	<b>653.615</b>	<b>755.481</b>	<b>15,6%</b>

*22 Assinale-se que a quase totalidade dos atendimentos nas UPAs evita atendimentos em outros hospitais, vistos as unidades estarem equipadas para atender a maior parte das urgências médicas, que de outra forma freqüentemente sobrecarregam os prontos socorros da região metropolitana.*

*23 Está prevista a realização de concurso público para área médica do Corpo de Bombeiros, especificamente para atendimento nas UPAs, para a qual já há dotação no orçamento de 2008. Além disso, o Decreto 41.269, de 24 de abril de 2008 autorizou a implantação de Gratificação de Plantão Extraordinário (GPE) para os Profissionais de Saúde e motoristas lotados na Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil, com carga horária de trabalho superior ao horário normal fixado na legislação, em serviço efetivo nas Unidades de Pronto Atendimento – UPA, no Grupamento de Socorro de Emergência - GSE e no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.*



1032 – Implantação das Unidades de Pronto Atendimento se mostra inexpressiva. A dotação consignada nesta ação está reservada para as despesas com o pessoal que será contratado depois de realizado o concurso público.

Além disso, a Secretaria de Saúde tem levado a cabo uma terceirização ordenada de alguns serviços (e.g., análises clínicas, assim como serviços administrativos e técnicos) e desenvolvido um intenso trabalho de aprimoramento dos serviços de tecnologia de informação (TI), com vistas à criação de cadastros eletrônicos e melhor controle da gestão da saúde pública. Estas iniciativas têm se refletido na reorientação da despesa. Dentre as despesas de custeio mais significativas na área da saúde estão:

**Ação 2077- Assistência Hospitalar e Ambulatorial:**

- contratação de serviços de assistência à saúde: liquidados R\$51,02 milhões, com expressivo aumento de R\$49,84 milhões;
- aquisição de material médico e cirúrgico: liquidados R\$6,44 milhões, com aumento de 87,2%;
- contratação de serviços de asseio e higiene, inclusive lavagem e esterilização de roupa hospitalar: R\$10,57 milhões, com aumento de R\$8,58 milhões;

**Ação 2155 - Gestão das Ações de Assistência Farmacêutica**

- aquisição de medicamentos de uso excepcional, inclusive por ordem judicial: R\$50,68 milhões, com aumento de R\$32,76 milhões;

**Ação 2222 – Prevenção e Assistência em Hematologia e Hemoterapia**

- aquisição de materiais e contratação de serviços específicos: R\$5,17 milhões, com aumento de R\$3,56 milhões;

**Ação 2016 - Manutenção das Atividades Operacionais e Administrativas:**

- contratação de serviços de processamento de dados, serviços administrativos e técnicos para o órgão central e para a Rede Hospitalar e Ambulatorial: R\$11,96 milhões;

**Ação 2053 - Assistência Móvel de Urgência e Emergência:**

- contratação de serviços de assistência à saúde: R\$2,9 milhões

No âmbito dos investimentos, o expressivo aumento em relação ao mesmo período de 2007 justifica-se pela continuidade de obras, executadas de forma descentralizada pela EMOP, além da aquisição de equipamentos para a Rede Pública Hospitalar; o cumprimento do acordo firmado com a Prefeitura de Duque de Caxias, obras do Hospital Geral com vistas ao aumento da oferta de leitos e a continuidade do programa de modernização dos equipamentos do Corpo de Bombeiros.

O quadro abaixo mostra em detalhe esses investimentos, com pagamento de R\$18,97 milhões para um total liquidado de R\$23,27 milhões, sendo a maior parte correspondente a recursos do FES.

**INVESTIMENTOS REALIZADOS - SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-ABR 2008**

UO	NOME UO	HISTÓRICO	R\$ MIL		
			JAN-ABR 2008		
			EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2961	Fundo Estadual de Saúde	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS - UPA, EM BANGU, CAMPO GRANDE E BELFORD ROXO	755.813	655.801	277.527
		REFORMA DA MATERNIDADE E AMBULATÓRIO DO H.E. ROCHA FARIA (continuação)	1.075.492	144.837	3.056
		CONSTRUCAO DO HOSPITAL GERAL DE SÃO JOAO DE MERITI (continuação)	4.077.113	2.968.396	163.262
		H.E ADAO PEREIRA NUNES EM DUQUE DE CAXIAS (construção de taludes)	1.165.570		
		REFORMA GERAL NO H.E. ALBERT SCHWEITZER (conclusão)	1.034.368	622.201	43.554
		REFORMA GERAL DO 5º E 6º PAVIMENTOS DO H.E. AZEVEDO LIMA -Niterói (continuação)	386.356	226.831	12.476
		OBRAS NO SUBSOLO DO HEMO RIO	36.085		
		<b>SUBTOTAL DE OBRAS E INSTALAÇÕES</b>	<b>8.530.797</b>	<b>4.618.066</b>	<b>499.875</b>
		AUXÍLIOS PARA INVESTIMENTOS - CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DR.M.R.DO CARMO (CONVÊNIO C/ O MUNIC DE DUQUE DE CAXIAS PARA AUMENTO DA OFERTA DE LEITOS)	10.000.000	10.000.000	10.000.000
		EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS HOSPITALARES	7.767.726	7.374.270	7.374.270
EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PARA USO ADMINISTRATIVO E DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA UNIDADES HOSPITALARES E ÓRGÃO CENTRAL	703.888	196.614	18.292		
<b>TOTAL FES</b>		<b>27.002.411</b>	<b>22.188.950</b>	<b>17.892.437</b>	
2963	Fundo Especial do Corpo de Bombeiros	EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA UNIDADES DO CBMERJ	1.952.430	1.061.192	1.061.192
2971	Instituto Vital Brazil SA.	MATERIAIS DIVERSOS PARA IVB	102.129	17.974	17.974
<b>Total geral</b>			<b>29.056.970</b>	<b>23.268.116</b>	<b>18.971.603</b>

### IV.3.1 Educação

As despesas realizadas pela Secretaria Estadual de Educação neste primeiro quadrimestre totalizaram R\$705,87 milhões, um aumento de 8,4% (R\$54,82 milhões) em relação ao mesmo período de 2007 (Tabela 21). No total dessa despesa, houve forte incremento daquela financiada pelo FUNDEB, com redução daquela financiada pelo salário-educação, não obstante o bom desempenho da receita que alimenta esta fonte (Tabela 9).

A Secretaria vem dando prosseguimento ao programa de reposição de pessoal em seus quadros, estando em processo de admissão 5.361 professores docentes do concurso de 2007 e 500 profissionais para cargo de inspetor escolar.

A execução da fonte de convênios, destinada em grande parte para ações de apoio à nutrição na Rede Pública Estadual de Ensino, também se encontra abaixo do realizado em 2007. O mesmo é observado em relação às transferências financeiras da União.

A despesa de pessoal na SEEDUC apresentou um crescimento aparente de 18,5% (R\$91,01 milhões) neste primeiro quadrimestre, dos quais aproximadamente 2/3 (R\$ 60,04 milhões) deve-se à reclassificação das despesas de pessoal do Programa Nova Escola, que inicialmente eram consideradas em investimentos e, a partir do Decreto 41.275, de 22 de abril de 2008, passaram a ser classificadas como despesas de pessoal. Além disso, contribuíram para o incremento da folha o aumento de 4% na folha concedido aos profissionais da área; a maior liquidação de obrigações patronais para atender gastos com inativos da área de Educação no RioPrevidência (R\$35,23 milhões) e a inclusão de gastos com contratação por tempo determinado (R\$2,8 milhões).

**Tabela 21**

<b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ERJ JAN-ABR 2007 / JAN-ABR 2008</b>			
R\$MIL			
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>JAN-ABR 2007</b>	<b>JAN-ABR 2008</b>	<b>Δ %</b>
TESOURO	349.929	260.279	-25,6%
CONVÊNIOS	8.853	7.028	-20,6%
SALÁRIO-EDUCAÇÃO	35.843	30.797	-14,1%
FUNDEB	256.423	407.767	59,0%
<b>TOTAL</b>	<b>651.047</b>	<b>705.872</b>	<b>8,4%</b>

**Tabela 22**

<b>DESPESAS POR GRUPO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ERJ JAN-ABR 2007 / JAN-ABR 2008</b>			
R\$MIL			
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>JAN-ABR 2007</b>	<b>JAN-ABR 2008</b>	<b>Δ %</b>
PESSOAL	493.086	584.094	18,5%
CUSTEIO	94.859	112.951	19,1%
INVESTIMENTOS	63.103	8.826	-86,0%
<b>TOTAL</b>	<b>651.047</b>	<b>705.872</b>	<b>8,4%</b>

O aumento folha de pessoal alcançaria 22,4%, se a despesa do primeiro quadrimestre de 2007 fosse ajustado ao pagamento das férias referentes a 2006, quando as férias relativas a 2007 foram integralmente pagas dentro do mesmo exercício.

As despesas de custeio da Educação aumentaram 19,1% (R\$18,09 milhões), destinados à manutenção das unidades escolares (R\$8,03 milhões) e a serviços de transmissão de dados (R\$9,3 milhões), os quais corriam por conta do Proderj em 2007.

O total de investimentos alcançou R\$8,82 milhões liquidados, a maior parte foi destinada às obras de manutenção e reparo das escolas. Quanto à execução orçamentária referente às obras, o andamento das etapas da despesa se apresenta incipiente, pois a despesa liquidada é apenas 21,3% do valor empenhado, conforme demonstrado no Anexo 10a. Assinale-se que os valores de investimentos em 2008 refletem a reclassificação de despesas do Nova Escola em pessoal.

#### IV.3.2 Segurança

A Secretaria de Estado de Segurança Pública<sup>24</sup> (SESEG) liquidou no primeiro quadrimestre de 2008 R\$664,35 milhões, representando um aumento de 12,5% em relação ao mesmo período de 2007. Desses R\$664,35 milhões, 96,8% correspondem às despesas da PCERJ (30,5%) e PMERJ(66,3%), basicamente concentradas em despesas de pessoal. Para uma análise mais completa, consideramos também as despesas realizadas no âmbito da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária<sup>25</sup> (SEAP), incluída

**Tabela 23**

SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ERJ JAN-ABR 2007 / JAN-ABR 2008			
R\$MIL			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-ABR 2007	JAN-ABR 2008	Δ %
TESOURO	586.120	650.934	11,1%
CONVÊNIOS	4.159	13.359	221,3%
OUTRAS	41	62	48,7%
<b>TOTAL</b>	<b>590.320</b>	<b>664.355</b>	<b>12,5%</b>

SECRETARIA DE ADM. PENITENCIÁRIA DO ERJ JAN-ABR 2007 / JAN-ABR 2008			
R\$MIL			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-ABR 2007	JAN-ABR 2008	Δ %
TESOURO	64.554	84.652	31,1%
CONVÊNIOS	5.259	2.268	-56,9%
SUS	543	760	39,9%
OUTRAS	779	267	-65,8%
<b>TOTAL</b>	<b>71.135</b>	<b>87.947</b>	<b>23,6%</b>

<sup>24</sup> O orçamento da Secretaria Estadual de Segurança Pública engloba as dotações das seguintes unidades orçamentárias:

2601 – Secretaria de Estado de Segurança

2604 – Polícia Civil

2611 – Polícia Militar

2632 – Instituto de Segurança Pública

2661 – Fundo Especial da ACADEPOL

2664 – Fundo Especial da SESEG

<sup>25</sup> No orçamento da SEAP estão inseridas as unidades orçamentárias:

2501 – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

na Função Segurança, que alcançaram R\$87,94 milhões até abril de 2008, incremento de 23,6% em relação a 2007 (Tabelas 23 e 24).

Avaliando a despesa por grupo, merece destaque o aumento dos investimentos tanto na SESEG (R\$4,29 milhões) quanto na SEAP (R\$556 mil). No âmbito da SESEG estas despesas destinaram-se à aquisição dos 632 novos veículos para PMERJ (R\$1,52 milhão – equivalente a duas das trinta parcelas do contrato); reformas no prédio da SESEG (R\$418 mil) e aquisição de equipamentos para o Instituto Médico Legal (R\$1,34 milhão). No final de 2007, a SESEG também adquiriu um helicóptero blindado ao custo de R\$8,1 milhões, dos quais já foram pagos no ato da compra R\$2,32 milhões e o restante correrá a conta do orçamento de 2008, possivelmente no próximo quadrimestre, pois a entrega do equipamento está prevista para julho.

Na SEAP, R\$601 mil foram destinados a reformas na Unidade Materno Infantil da Penitenciária Talavera Bruce, nos presídios Carlos Tinoco da Fonseca (Campos) e Hélio Gomes e, na Colônia Agrícola Demage.

Esses investimentos foram financiados por recursos do Tesouro e pelo convênio firmado com o DETRAN. O repasse de R\$51,22 milhões pelo Detran na segunda quinzena de março ainda não foi totalmente refletido nas despesas da SEAP e na SESEG. Nos dois órgãos, apenas R\$30,20 milhões foram empenhados e R\$15,63 milhões liquidados.

No âmbito das despesas de custeio, o incremento de 35,1% na SESEG é explicado tanto pelo crescimento nas despesas de manutenção de veículos, por conta da aquisição dos 632 carros novos da PMERJ, quanto pelo pagamento de despesas de custeio essencial que não tiveram contraparte no início de 2007.

**Tabela 24**

<b>DESPESAS POR GRUPO SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ERJ JAN-ABR 2007 / JAN-ABR 2008</b>			
R\$MIL			
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>JAN-ABR 2007</b>	<b>JAN-ABR 2008</b>	<b>Δ %</b>
PESSOAL	528.109	576.091	9,1%
CUSTEIO	61.959	83.721	35,1%
INVESTIM/INVERS	252	4.543	1701,9%
<b>TOTAL</b>	<b>590.320</b>	<b>664.355</b>	<b>12,5%</b>

<b>DESPESAS POR GRUPO SECRETARIA DE ADM. PENITENCIÁRIA DO ERJ JAN-ABR 2007 / JAN-ABR 2008</b>			
R\$MIL			
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>JAN-ABR 2007</b>	<b>JAN-ABR 2008</b>	<b>Δ %</b>
PESSOAL	46.977	58.206	23,9%
CUSTEIO	24.114	29.141	20,8%
INVESTIM/INVERS	44	601	1256,1%
<b>TOTAL</b>	<b>71.135</b>	<b>87.947</b>	<b>23,6%</b>

### IV.3.3 Transportes

A despesa liquidada nos quatro primeiros meses deste ano na Secretaria Estadual de Transportes (SETRANS) alcançou R\$96,68 milhões.<sup>26</sup> Destes, R\$83,45 milhões foram financiados com recursos do Tesouro e R\$ 13,22 milhões com recursos provenientes de arrecadação própria. Em comparação com 2007 observa-se um aumento de R\$ 24,71 milhões (34,3%) nessas despesas.

Este aumento concentra-se principalmente na RioTrilhos, por conta dos empréstimos realizados para os investimentos nas obras de expansão e melhoria do METRO. Neste primeiro quadrimestre os investimentos com este fim totalizaram R\$40 milhões, representando um aumento de 82,2% em relação a 2007.

Merecem destaque ainda as obras do Programa Estadual de Transportes (PET), que correm por conta da Companhia Estadual de Transportes e Logística—CENTRAL. Algumas delas já foram concluídas e outras estão em andamento, tais como a modernização dos bondes de Santa Teresa, cujo progresso físico já alcançou 91,7% e já foram investidos até o momento R\$8,99 milhões e o Mergulhão de Caxias, com 56,6% do projeto já concluído e um total de gastos de R\$19,25 milhões. Ambos os projetos deverão contar com recursos do Banco Mundial nos próximos meses.

O quadro abaixo apresenta, em detalhe, os investimentos realizados no primeiro quadrimestre de 2008 no âmbito da SETTRANS.

**Tabela 25**

DESPESAS POR FONTE DE RECURSO SECRETARIA ESTADUAL DE TRANSPORTES R\$ MIL			
FR	2007	2008	VAR %
	JAN-ABR	JAN-ABR	
TESOURO	65.631	83.457	27,2%
OUTRAS	6.333	13.223	108,8%
<b>TOTAL</b>	<b>71.963</b>	<b>96.680</b>	<b>34,3%</b>

<sup>26</sup> A Secretaria de Transportes é composta pelas seguintes unidades orçamentárias:

- Secretaria de Estado de Transportes – SETTRANS;
- Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO;
- Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro – CODERTE;
- Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL;
- Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIO TRILHOS.

**INVESTIMENTOS REALIZADOS - SECRETARIA ESTADUAL DE TRANSPORTES  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-ABR 2008**

UO	NOME UO	HISTÓRICO	R\$ MIL		
			JAN-ABR 2008		
			EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
3101	Secretaria de Estado de Transportes	MATERIAS DIVERSOS	8.000		
		EXECUÇÃO DE OBRAS POR CONTRATO - CONSTRUCAO DO CORREDOR METROPOLITANO DA ALAMEDA SAO BOAVENTURA E AV. FELICIANO SODRE EM NITEROI	4.000.000		
<b>3101 Total</b>			<b>4.008.000</b>		
3133	Dep de Transportes Rodoviários do Est do RJ	EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PARA USO ADMINISTRATIVO	8.000	8.000	8.000
<b>3133 Total</b>			<b>8.000</b>	<b>8.000</b>	<b>8.000</b>
3171	Comp de Desenv Rodov e Terminais do Est do RJ	EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PARA USO ADMINISTRATIVO E DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.784	1.064	1.064
<b>3171 Total</b>			<b>2.784</b>	<b>1.064</b>	<b>1.064</b>
3172	Comp Est de Engenh de Transportes e Logística	FORNECIMENTO DE BENS E EXECUCAO DOS SERVICOS PARA MODERNIZACAO DE 14 BONDES DE SANTA TERESA	65.930		
		OBRAS DE MELHORIA DA VIA PERMANENTE - PET 84	252.000	251.128	251.128
		OBRAS DE MELHORIA DA VIA PERMANENTE NO SISTEMA DE BONDES DE SANTA TERESA	280.000		
		OBRAS DE REQUALIFICACAO URBANA DA ESTAÇÃO DUQUE DE CAXIAS - PRIMEIRA ETAPA	2.463.000	2.462.803	2.462.803
		SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA MELHORIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO	339.048	338.465	272.769
<b>3172 Total</b>			<b>3.399.978</b>	<b>3.052.396</b>	<b>2.986.700</b>
3173	Comp de Transp sobre Trilhos do Est do RJ	PROJETOS DE OBRAS CIVIS E ACOMPANHAMENTO TECNICO PARA AS OBRAS DO TRECHO GENERAL OSORIO	764.364	764.152	46.995
		EXECUCAO DAS OBRAS CIVIS DO PROJETO DO METRÔ	39.214.037	39.214.037	39.214.037
		SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO E PILOTAGEM AUTOMATICA PARA EXPANSAO ARCOVERDE, SIQUEIRA CAMPOS E CANTAGALO	23.230	23.230	23.230
		EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PARA USO ADMINISTRATIVO	7.780	4.220	2.850
<b>3173 Total</b>			<b>50.009.411</b>	<b>40.005.639</b>	<b>39.287.113</b>
<b>Total geral</b>			<b>57.428.173</b>	<b>43.067.099</b>	<b>42.282.877</b>

#### IV.4 Cota Financeira<sup>27</sup>

No exercício de 2008, foi implantada a cota financeira, estabelecendo limites para emissão PD's por unidade orçamentária, segundo as fontes de financiamento para as despesas de custeio e investimentos. O objetivo da cota financeira é manter o equilíbrio entre receitas e despesas realizadas, orientando a elaboração do fluxo de caixa do Tesouro Estadual. Os parâmetros para a definição da cota financeira levaram em consideração as metas bimestrais fixadas segundo determinação da LRF e os restos a pagar de 2007, os quais também comprometem a receita de 2008. A partir deste procedimento, pretende-se reduzir os compromissos sem cobertura financeira ao final de cada exercício.

***A utilização da cota financeira pelas unidades orçamentárias ficou aquém do esperado. A despesa realizada em relação à cota financeira foi de apenas 46,1%, com maior concentração nos recursos do Tesouro.***

<sup>27</sup> Os valores mensais do quadro estão acumulados.



A realização das despesas vem correspondendo a uma proporção crescente dos valores da cota financeira, refletindo uma aceleração dos pagamentos do Estado e certo conforto na execução do orçamento de 2008.

R\$ MIL					
VALOR AUTORIZADO - RESOLUÇÃO Nº 28 (27/02/2008)					
FONTE DE RECURSO	1º QUAD	JAN	FEV	MAR	ABR
TESOURO	908.154	137.849	421.923	675.780	908.154
OUTRAS FR	793.417	120.433	368.616	590.401	793.417
<b>TOTAL</b>	<b>1.701.570</b>	<b>258.281</b>	<b>790.539</b>	<b>1.266.181</b>	<b>1.701.570</b>
VALOR REALIZADO					
FONTE DE RECURSO	1º QUAD	JAN	FEV	MAR	ABR
TESOURO	575.965	11.240	92.309	311.101	575.965
OUTRAS FR	209.168	15.130	35.632	120.851	209.168
<b>TOTAL</b>	<b>785.133</b>	<b>26.370</b>	<b>127.941</b>	<b>431.951</b>	<b>785.133</b>
% DE REALIZAÇÃO					
FONTE DE RECURSO	1º QUAD	JAN	FEV	MAR	ABR
TESOURO	63,4%	8,2%	21,9%	46,0%	63,4%
OUTRAS FR	26,4%	12,6%	9,7%	20,5%	26,4%
<b>TOTAL</b>	<b>46,1%</b>	<b>10,2%</b>	<b>16,2%</b>	<b>34,1%</b>	<b>46,1%</b>



## V Administração Financeira

### V.1 Pagamento das Programações de Desembolso – PD's

Com a meta de tornar a gestão dos recursos público mais transparente, a Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ editou a Resolução nº 135, de 06 de maio de 2008, que trata da divulgação das principais informações referentes aos pagamentos efetuados pelo Tesouro do Estado.

A norma encontra-se calcada no caput do artigo 37º da Constituição Federal e, ainda, no caput do art. 48º da Lei Complementar nº 101/2000, podendo, portanto, ser identificada como uma importante ferramenta de controle social.

Os principais objetivos da ação são:

- Prestação de contas à população, utilizando linguagem e meio acessíveis;
- Instituir a cultura de prestação de contas;
- Permitir que a sociedade civil organizada e os cidadãos ajudem o Governo a controlar o emprego do Dinheiro Público; e
- Inibir a prática de atos ilícitos por parte dos Administradores Públicos e/ou de Credores do Estado, pela publicidade que se dá a todos os atos por eles praticados.

Assim, desde 09 de abril de 2008, encontra-se disponível, na página institucional da SEFAZ, planilha eletrônica com as seguintes informações concernentes aos pagamentos efetuados pelo Tesouro Estadual:

- I – Data do Pagamento;
- II – Competência da obrigação paga;
- III – Data da emissão da Programação de Desembolso – PD;

*A divulgação individualizada da programação de desembolso executada atende ao comando constitucional e da Lei de Responsabilidade Fiscal de prestar conta à população*

*A partir de abril, publica-se a lista de PD's individualizadas, com data de pagamento e competência da obrigação paga (data da liquidação do empenho), nome do órgão, e natureza da despesa, entre outras informações*



IV – Órgão e/ou Entidade Estadual – UG que empenhou, liquidou e ordenou o pagamento da obrigação;

V – Nome do favorecido do crédito – empresa, instituição, entidade, associação, cooperativa ou consórcio detentor do crédito;

VI – Natureza de Despesa – ND;

VII – Tipo de natureza de Despesa;

VIII – Número de Programação de Desembolso – PD;

IX – Código da ordem bancária e/ou número do ofício que determinou a execução da programação de desembolso – PD;

X – Valor da programação de desembolso executada.

Como citado no boletim anterior, o Decreto nº 41.162, de 30 de janeiro de 2008, que tratou da programação orçamentária, definiu as datas para os pagamentos das despesas de custeio e investimento do Estado (os dias 07, 15 e 25 de cada mês).<sup>28</sup> Com a aplicação da norma, está sendo possível gerir melhor os recursos do Estado e ter maior previsibilidade de fluxo do caixa do Estado.

Conforme mencionado na edição anterior do boletim, uma das principais medidas da celeridade e eficiência do sistema de pagamentos estadual é o prazo médio de pagamento das Programações de Desembolso – PD's, ou seja, o tempo entre a chegada de requisição de pagamento feita pelos órgãos (após a liquidação da despesa) e seu efetivo pagamento pelo Tesouro do Estado.

Enquanto o tempo médio para a execução das PD's em 2006 era superior a 40 dias, este prazo foi reduzido para 16 dias ao

***O tempo médio de pagamento das PD's depois de emitidas caiu de 40 dias em 2006 para 13 dias, com tratamento preferencial para saúde, educação e segurança***

<sup>28</sup> “Art. 11 - A Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ somente efetuará o pagamento das despesas de custeio e investimentos nos dias 07 (sete), 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente, exceto no que se refere às obrigações relativas a:

*I prestação de serviços de concessionárias de serviços públicos; II natureza remuneratória; III ordens judiciais; IV tributos; V diárias de servidores; VI seguros.”*



longo de 2007. No primeiro quadrimestre de 2008, o prazo médio de pagamento das PD's foi reduzido para 13 dias. E mais de 85% das PD's foram pagas em até 30 dias<sup>29</sup>. É importante ressaltar que as PD's geradas pelos órgãos relacionados à educação, à saúde e à segurança pública, considerados prioritários pelo governo do estado, receberam tratamento diferenciado: o prazo médio de pagamento destas PD's foi de apenas 11 dias. Ou seja, a Secretaria de Fazenda encontra-se alinhada com as demandas da população fluminense, empreendendo esforços para a melhora na prestação de serviços nessas três áreas.

## V.2 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

As obrigações de custeio e capital empenhadas e liquidadas, mas não pagas, ao final do exercício tornam-se Restos a Pagar Processados. Conforme já havia sido publicado na edição do primeiro bimestre de 2008 do boletim, as despesas inscritas em restos a pagar processados em 2008, comprometidas com recursos do Tesouro<sup>30</sup>, somaram R\$ 1,2 bilhão, do qual R\$ 510 milhões são referentes a despesas do exercício de 2007<sup>31</sup>.

*Dos R\$ 510 milhões de restos a pagar gerados em 2007, R\$ 440 milhões já foram pagos*

Para a quitação dos restos a pagar de 2007, foi utilizado o seguinte critério: os RP's gerados pelos órgãos das áreas prioritárias do governo – **educação, saúde e segurança** – seriam pagos de acordo com a ordem cronológica de emissão das programações de desembolso, enquanto para os demais o prazo de pagamento seria determinado pelo chamado **indicador de eficiência**, parâmetro criado para apontar o tempo médio despendido por cada órgão entre a liquidação de

<sup>29</sup> Em virtude do estabelecimento, no início deste ano, das datas específicas para o pagamento das despesas de custeio e capital e da cota financeira para os órgãos do Poder Executivo, houve represamento de alguns pagamentos até adequação dos sistemas e processos. Por esta razão, algumas Programações de Desembolso foram pagas em prazo superior a 30 dias.

<sup>30</sup> Fontes 00 - Ordinários Provenientes de Impostos; 01 - Ordinários Não Provenientes de Impostos; 04 - Petróleo; 06 - Fundo de Participação dos Estados – FPE; e 22 - Fundo Estadual de Combate a Pobreza.

<sup>31</sup> A competência da despesa refere-se ao ano em que foi empenhada. Nos restos a pagar processados inscritos em 2008, há despesas de competência de vários anos, embora o montante mais representativo, como de praxe, seja do ano anterior, por questões operacionais.



suas despesas (reconhecimento da obrigação de pagamento aos fornecedores) e a confecção das respectivas PD's. Isto é, o indicador expressa quais órgãos são sistematicamente mais ágeis em informar ao Tesouro Estadual seus débitos. O objetivo de estabelecer um critério é simples: priorizar o pagamento dos RPs dos órgãos mais ágeis sinaliza um incentivo à maior eficiência na gestão dos gastos.

Com base nesse critério, cerca de R\$ 440 milhões foram pagos até o fim de abril, o que representa 86% do total inscrito. Assim, considerando as despesas canceladas e os bloqueios judiciais, menos de R\$ 70 milhões das obrigações contratadas em 2007 permanecem pendentes de pagamento.

O programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados, instituído em 2007, prevê a regularização das dívidas contraídas pelo Estado, junto a 2.558 fornecedores de serviços e/ou produtos, do período de 2002 a 2006.

Os credores que aceitaram os critérios de pagamento estabelecidos no Decreto nº 40.874/2007, receberam a primeira parcela em janeiro ou fevereiro de 2008, por meio de depósito bancário. A segunda parcela para aqueles que possuíam dívidas acima de R\$ 50 mil foi paga em 25 de maio de 2008.

Do total de R\$ 131 milhões renegociados, R\$ 17 milhões foram quitados até fevereiro/2008, e R\$ 10 milhões em maio, restando o montante de R\$ 104 milhões para as próximas parcelas semestrais.

O cumprimento do cronograma de pagamentos das empresas que aderiram ao programa e a ampla divulgação obtida fizeram com que um grande número de fornecedores solicitassem a reabertura dos prazos para obtenção de informações e de eventual adesão ao programa Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar. Desse modo, por meio da Resolução nº 131, de 28 de abril de 2008, foi fixado o prazo de 29/04/2008 a 30/05/2008 para os requerimentos de informações. Após

***Os credores que aceitaram os critérios de pagamento no Dec n° 40.874/2007 já receberam a primeira parcela em janeiro ou fevereiro de 2008 e a segunda em 25 de maio, totalizando o pagamento de R\$ 27 milhões de R\$ 131 milhões renegociados***

cumprida esta etapa as empresas estão aptas a uma eventual adesão.

Conforme o Decreto nº 41.268/2008, os credores habilitados que aderirem ao programa nesta nova etapa receberão a primeira parcela até 30/06/2008.

### **V.3 Requisições Judiciais de Pagamento**

#### **Precatórios**

A Secretaria de Estado de Fazenda continua aumentando o volume de recursos destinados ao pagamento dessas obrigações. Só nos primeiros quatro meses do ano já foram pagos mais de R\$ 40 milhões em precatórios.

Os recursos que foram utilizados para o pagamento dessas obrigações são todos provenientes da Fonte 00 – Tesouro Estadual.

*Todos os precatórios pagos em 2008 foram com recursos Fonte 00 - Tesouro Estadual, e somaram mais de R\$ 40 milhões*

**Tabela 26**

#### **Valores e quantidade de Precatórios Pagos**

<b>Precatórios Pagos</b>	<b>Jan – Abr /2007</b>	<b>Jan – Abr /2008</b>
Quantidade	40	69
Valor	12.904.534,88	40.159.789,07

Dentro do compromisso de aumentar o valor dos precatórios pagos pelo Estado, a Secretaria de Estado de Fazenda anunciou que deverá aumentar o valor mensal disponibilizado para o pagamento mensal para R\$ 12 milhões ao mês, ou aproximadamente metade do valor pago em todo o ano de 2004 ou 2005. Em paralelo a este esforço, a Secretaria vem acompanhando a elaboração da Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 12, de 07/03/2006, que trata do pagamento dos precatórios inadimplidos pelos Entes Federados.

A PEC nº 12/2006 prevê a criação de regime especial de pagamento, com vinculação de receita proporcional ao

estoque atual de precatórios, com vistas a viabilizar o pagamento de precatório em período definido de tempo. Além disso, ela privilegia o pagamento de precatórios de pequeno valor e abre a opção de leilões para a quitação dos grandes precatórios. Se a proposta for aprovada na forma apoiada pelo Estado do Rio de Janeiro, haverá o pagamento gradual tanto do estoque atual de precatórios quanto do fluxo futuro, em um horizonte de no máximo 15 anos.

#### **Requisições Judiciais de Pequeno Valor – RPV**

As requisições de pequeno valor, que também são requisições de pagamento judiciais, referem-se a quantias não superiores a 40 (quarenta) salários mínimos, e que não precisam entrar na “fila dos precatórios”, já que seu pagamento não precisa de previsão orçamentária, sendo efetuado mediante requerimento do Tribunal, em até 60 dias.

*O Estado do Rio de Janeiro vem acompanhando a tramitação da PEC 12 no Senado Federal porque acredita que ela poderá regularizar a questão dos precatórios nos próximos 15 anos*

Tabela 27

#### **Valores de Requisição de Pequeno Valor - RPV**

<b>Pagamento de RPV</b>	<b>Jan – Abr /2007</b>	<b>Jan – Abr /2008</b>
Quantidade	362	290
Valor	2.252.126,72	2.166.984,43

#### **V.4 Acompanhamento da Dívida do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço**

##### **Dispêndio com a dívida pública**

No 2º bimestre de 2008, o dispêndio com o serviço da dívida da Administração Direta cresceu 24,98% em relação ao bimestre anterior. O maior crescimento em termos percentuais (117%) ocorreu no serviço extralimite, em decorrência dos pagamentos semestrais dos contratos externos. Estes

contratos foram pagos nos meses de março e abril, o que onerou o dispêndio desse bimestre em R\$ 92,79 milhões.

***O serviço da dívida com a União aumentou em 8,57% no segundo bimestre em relação ao começo do ano***

O serviço intralimite, aumentou 8,57% em relação ao mesmo período. O aumento reflete a concentração do pagamento de certas dívidas em junho e dezembro, quando o desembolso efetivo ultrapassa o teto de 13% da RLR, a ser compensado no bimestre seguinte. Ou seja, o aumento do serviço da dívida no segundo bimestre de 2008 em relação ao primeiro reflete o abatimento de R\$ 34 milhões em janeiro no pagamento de janeiro, de acordo com a sistemática de cálculo do contrato de refinanciamento, previsto na Lei nº 9.496/97.

O serviço da dívida da administração indireta honrada<sup>32</sup> apresentou um elevado crescimento percentual em relação ao bimestre anterior (407%), em decorrência do pagamento semestral do contrato de confissão e consolidação de dívidas de médio e longo prazo – DMLP da Companhia de Transportes sobre Trilhos, pagos pelo Tesouro do Estado à União. No entanto, tal crescimento não teve tanta influência no aumento do dispêndio com a dívida total, pois esse serviço correspondeu a apenas 0,77% desse montante.

**Tabela 28**

*R\$ mil*

<b>Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)</b>			
	<b>1º Bimestre</b>	<b>2º Bimestre</b>	<b>Δ % no bimestre</b>
SERVIÇO DA DÍVIDA DA ADM. DIRETA	451.318	564.046	24,98
INTRALIMITE	383.063	415.887	8,57
EXTRALIMITE	68.255	148.159	117,07
SERVIÇO DA DÍVIDA DA ADM. INDIRETA HONRADA	865	4.388	407,36
<b>TOTAL</b>	<b>452.183</b>	<b>568.434</b>	<b>25,71</b>
13% DA RLR AJUSTADO	414.544	411.653	-0,70

<sup>32</sup> Pagas com recursos do Tesouro do Estado

## Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 2º bimestre de 2008, a Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro alcançou R\$ 48,74 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 0,94% em relação ao 1º bimestre de 2008. Esse crescimento é explicado pela correção do IGP-DI do contrato de refinanciamento ao amparo da Lei nº 9.496/97 e do contrato de assunção de Dívida do BERJ. Os dois contratos representaram 91% do total da dívida financeira e, no 2º bimestre desse ano, totalizaram o montante de R\$ 44,56 milhões.

*O crescimento nominal do estoque da dívida do Estado esteve abaixo de 1% em relação ao primeiro bimestre*

A dívida externa, ao contrário, apresentou uma redução de 3,86%, passando de R\$ 1,44 bilhão, no 1º bimestre de 2008, para R\$ 1,38 bilhão nesse 2º bimestre, queda ocasionada pela desvalorização do dólar frente ao real nos últimos meses.

**Tabela 29**

*R\$ mil*

<b>DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL - 2008</b>			
	<b>1º Bimestre</b>	<b>2º Bimestre</b>	<b>Δ % no bimestre</b>
<b>ADM DIRETA - DÍVIDA FUNDADA</b>	<b>48.210.169</b>	<b>48.666.866</b>	<b>0,95</b>
<b>Interna</b>	46.765.728	47.278.217	1,10
DÍVIDAS COM A UNIÃO	46.765.728	47.278.217	
OUTRAS DÍVIDAS CONTRATUAIS			
<b>Externa</b>	1.444.440	1.388.649	-3,86
COM AVAL DO TESOURO NACIONAL	1.441.753	1.385.956	-3,87
MOBILIÁRIA	2.687	2.694	0,24
<b>ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)</b>	<b>71.697</b>	<b>69.439</b>	<b>-3,15</b>
<b>DÍVIDA FINANCEIRA</b>	<b>48.281.865</b>	<b>48.736.305</b>	<b>0,94</b>
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	20.301.624	20.686.578	1,90
RELAÇÃO DF / RLR	2,38	2,36	-0,94

**Tabela 30**

*R\$ mil*

<b>EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS DO ESTADO</b>			
	<b>1º Bimestre</b>	<b>2º Bimestre</b>	<b>Δ % no bimestre</b>
Assunção da Dív. BERJ	10.408.740	10.477.388	0,66
Ref. Lei 9.496/97	33.611.407	34.083.052	1,40
<b>TOTAL</b>	<b>44.020.146</b>	<b>44.560.441</b>	<b>1,23</b>

O indicador de solvência acordado entre a União e o Estado teve uma redução de 0,94%. A ligeira queda apresentada pode ser atribuída ao crescimento da Receita Líquida Real<sup>33</sup> em 1,9% em relação ao bimestre anterior. Além do aumento dessa receita outro fator que contribuiu foi a queda no crescimento da dívida externa, e a redução observada no estoque da dívida da Administração Indireta Honrada<sup>34</sup>, apesar dessas duas dívidas representarem apenas 3% do total da dívida financeira do Estado.

### Receita de Operações de Crédito

Em abril deste ano, o Governo do Estado conseguiu, junto ao Governo Federal, aumentar em R\$ 1,5 bilhões o valor das operações de crédito a contratar incluídas no Programa de Ajuste Fiscal—PAF (Tabela 4.6). Esse valor já começará a ser liberado esse ano, a partir da assinatura de contrato com o BNDES para o fortalecimento da administração tributária (PMAE), com previsão de desembolsos deste e outros empréstimos até 2013.

*O aumento do espaço de endividamento do Estado em R\$ 1,5 bilhão ajudará a financiar o investimento público sem riscos para a solidez fiscal do estado*

**Tabela 31**

*R\$ milhões*

	2008		2009	2010	2011	2012	2013	APÓS	TOTAL
	Liberado	a Liberar	2013	a Liberar					
1. Operações de Crédito Contratadas	51,71	84,70	102,86	-	-	-	-	-	187,56
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	64,12	25,12	-	-	-	-	-	89,24
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF	-	118,16	320,23	316,60	310,00	260,00	160,00	-	1.485,00
<b>Total 1+2+3</b>	<b>51,71</b>	<b>266,98</b>	<b>448,22</b>	<b>316,60</b>	<b>310,00</b>	<b>260,00</b>	<b>160,00</b>	-	<b>1.761,80</b>

*OBS1: a preços de abril/2008.*

*OBS2: Valor das Operações de Crédito a contratar Incluídas no PAF atualizadas pelo IGP-DI: R\$ 1,53 bilhões*

<sup>33</sup> RLR utilizada para apurar a relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real:  
RLR do 1º bimestre – média das receitas de janeiro de 2007 a fevereiro de 2008 atualizada pelo IGP-DI  
RLR do 2º bimestre – média das receitas de maio de 2007 a abril de 2008 atualizada pelo IGP-DI.

<sup>34</sup> Custeada pelo Tesouro do Estado

## Tópico Especial

### O CONSELHO DE CONTRIBUINTES

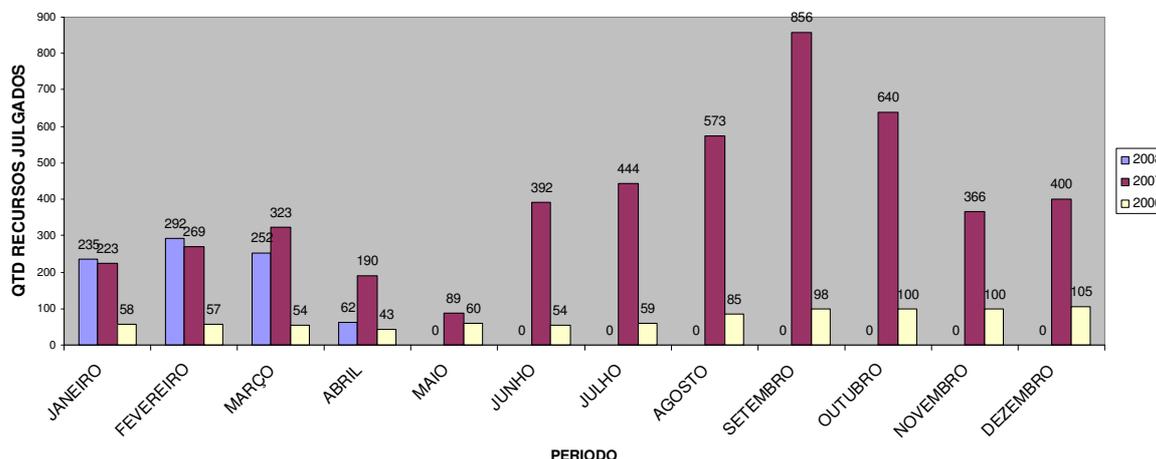
Órgão paritário responsável pela revisão de segunda instância das ações fiscais do Estado, o Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro vem passando desde 2007 por modificações visando maior transparência, modernização e agilidade no julgamento dos processos. O Conselho possui 16 (dezesseis) membros escolhidos pelo governador, sendo oito representantes dos contribuintes, dos quais três representantes das indústrias, dois do comércio, e um respectivamente dos setores agropecuário, de prestadores de serviço de transporte, e de serviços de comunicação. Todos são escolhidos pelo Governador do Estado.

O Conselho se insere no processo administrativo tributário, o qual tem previsão no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal. Em âmbito estadual, o processo tem previsão no Decreto-Lei nº. 05/75 (CTE/RJ), regulamentado pelo Decreto nº. 2.473/79. A primeira instância é a Junta de Revisão Fiscal, cuja competência é julgar as impugnações a autos de infração ou a lançamentos. A Junta é composta de 36 (trinta e seis) Auditores Tributários, estruturados em 12 (doze) Turmas organizadas em colegiados de 03 (três) julgadores e seus respectivos suplentes, indicados mediante sorteio em ato público. Da decisão proferida pela Junta de Revisão Fiscal, cabe recurso voluntário do contribuinte ou de recurso *ex officio* do próprio julgador, se contrária ao Fisco, para o Conselho de Contribuintes, o qual é constituído de quatro Câmaras. Das decisões proferidas pelas Câmaras, cabe, no prazo de quinze dias, recurso para o Conselho Pleno, constituído por todos os Conselheiros em exercício nas Câmaras Efetivas. Estes recursos são cabíveis quando as decisões não forem unânimes ou divergirem de decisão proferida por outra Câmara ou pelo Conselho Pleno, relativamente ao direito em tese.

Desde 2007, a produtividade do Conselho aumentou em mais de 500%. Em particular, foram julgados 4.765 processos em 2007—contra 873 em 2006 (**Figura 1**), reduzindo-se drasticamente o estoque de processos acumulados. No primeiro trimestre de 2008, foram julgados mais de 800 recursos, continuando-se a diminuir o tempo médio até o julgamento desses recursos. Essas cifras—que passaram a ser publicadas no Diário Oficial e disponibilizadas na página da SEFAZ-RJ a partir de 2007—são resultados de mudanças tais como o aumento do número de sessões mensais, que passou de 12 para 14, e da quantidade mínima de recursos a serem julgados por sessão, que saltou de 2 recursos voluntários por sessão para no mínimo 6 por sessão. Além destes, têm sido julgados entre 20 e 30 recursos de ofício por sessão. A maior produtividade resultou no julgamento em 2007 de autos de

infração no valor de 1,6 bilhão de UFIR's, com aumento de 140% nos créditos tributários julgados procedentes em relação a 2006.

PLANILHA COMPARATIVA DE PRODUTIVIDADE DO CONSELHO (1, 2, 3 e 4a CAMARAS)



A necessidade de reforma do Conselho era evidente, já que até 2007 a distribuição dos processos para o relator demorava em média dois anos, sua inclusão em pauta para julgamento outro ano, e a constituição definitiva do crédito tributário um ano mais—resultando em um ciclo médio de quatro a cinco anos. A distribuição para as Câmaras era realizada manualmente e sem cadastramento—hoje já há um acompanhamento eletrônico, que está sendo fortalecido com a implantação de um módulo específico no sistema de controle do crédito tributário na Fazenda. O objetivo do atual presidente do Conselho, Celso Mac Cord, é o ciclo ser reduzido para 6 (seis) meses.

Além da informatização, o Conselho tem sido beneficiado pelo reforço na quantidade de procuradores com dedicação exclusiva, que apóiam os sete representantes da Fazenda. e o estabelecimento da meta de 30 pareceres ao mês por procurador (os processos são encaminhados pelas Câmaras à Representação da Fazenda para exame e parecer em trinta dias). Também se regulamentou o pedido de prioridade pelo Secretário da Fazenda de julgamento de processos de maior valor.

As decisões do Conselho são tomadas por maioria de votos, em sessões públicas realizadas pelas Câmaras ou pelo Conselho Pleno. Quando a decisão da Câmara, ou a decisão acordada por menos de  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do Conselho Pleno for desfavorável à Fazenda, contrária à legislação tributária ou à evidência da prova constante no processo, é cabível recurso hierárquico para o Secretário de Estado de Fazenda, o que, no entanto, tem ocorrido raramente. A possibilidade desse recurso é importante para a correção de vícios formais e



aplicação da legislação tributária, e para evitar decisões contrárias às provas dos autos—sendo uma garantia para a sociedade.

As decisões definitivas devem ser cumpridas pelo contribuinte no prazo de 30 dias, contados da respectiva ciência, sob pena de inscrição do contribuinte em dívida ativa e execução, agora, na via judicial. O controle dessa última etapa vem sendo intensificado, com uma revisão do atual processo de notificação pelas inspetorias, para garantir presteza e sistematização na inscrição em dívida ativa.

Essas e outras informações relativas ao funcionamento do Conselho, sua pauta de julgamento e outros dados relevantes estarão disponíveis na página do Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro, a ser disponibilizada na internet até final de junho de 2008.

PRODUTIVIDADE DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES								
QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS								
	PERIODO	1a CÂMARA	2a CÂMARA	3a CÂMARA	4a CÂMARA	CONSELHO PLENO	TOTAL MENSAL	ANUAL
2008	JANEIRO	60	67	43	60	5	235	779
	FEVEREIRO	84	66	61	70	11	292	
	MARÇO	83	50	48	58	13	252	
	<b>TOTAL</b>	<b>227</b>	<b>183</b>	<b>152</b>	<b>188</b>	<b>29</b>	<b>779</b>	
2007	JANEIRO	36	49	38	62	38	223	4765
	FEVEREIRO	57	36	36	79	61	269	
	MARÇO	47	77	30	46	123	323	
	ABRIL	56	39	22	60	13	190	
	MAIO	19	39	4	20	7	89	
	JUNHO	122	61	103	86	20	392	
	JULHO	162	99	72	101	10	444	
	AGOSTO	179	124	147	99	24	573	
	SETEMBRO	132	324	202	181	17	856	
	OUTUBRO	155	156	173	143	13	640	
	NOVEMBRO	93	122	69	73	9	366	
	DEZEMBRO	131	110	75	75	9	400	
<b>TOTAL</b>	<b>1189</b>	<b>1236</b>	<b>971</b>	<b>1025</b>	<b>344</b>	<b>4765</b>		
2006	JANEIRO	10	9	11	15	13	58	873
	FEVEREIRO	7	10	12	16	12	57	
	MARÇO	14	8	11	12	9	54	
	ABRIL	14	8	0	16	5	43	
	MAIO	13	7	12	16	12	60	
	JUNHO	3	18	13	12	8	54	
	JULHO	14	8	10	18	9	59	
	AGOSTO	13	14	26	25	7	85	
	SETEMBRO	14	21	30	24	9	98	
	OUTUBRO	7	23	32	28	10	100	
	NOVEMBRO	5	21	29	41	4	100	
	DEZEMBRO	18	35	5	36	11	105	
<b>TOTAL</b>	<b>132</b>	<b>182</b>	<b>191</b>	<b>259</b>	<b>109</b>	<b>873</b>		